

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM
INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Conteúdo

Relatório do auditor independente	3
Balço patrimonial	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstração do resultado abrangente	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Demonstração do valor adicionado	15
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	
1 Informações gerais	17
2 Principais políticas contábeis	21
3 Caixa e equivalentes de caixa	32
4 Aplicações financeiras	32
5 Valores a receber	33
6 Impostos, taxas e contribuições	35
7 Partes relacionadas	37
8 Investimentos	41
9 Informações por segmento de negócios	50
10 Imobilizado (Consolidado)	55
11 Intangível (Consolidado)	57
12 Fornecedores	60
13 Empréstimos, financiamentos e debêntures (Consolidado)	61
14 Concessão de serviço público	69
15 Provisão para riscos processuais	74
16 Patrimônio líquido (Controladora)	75
17 Receita	76
18 Custos e despesas por natureza	77
19 Resultado financeiro	78
20 Resultado por ação	79
21 Seguros	80
22 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros	80
23 Transações não caixa	85
24 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego	85
25 Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas	86
26 Evento subsequente	89

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores
Investimentos e Participações em Infraestrutura – INVEPAR
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Investimentos e Participações em Infraestrutura – INVEPAR** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, sem ressalva.

Ênfase

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota nº 1.1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, elaboradas no pressuposto de continuidade operacional, que indica que a Companhia: (i) incorreu no prejuízo de R\$ 880.043 mil (R\$ 164.333 mil em 31 de dezembro de 2023) (individual) e de R\$ 872.549 mil (R\$ 277.065 mil em 31 de dezembro de 2023) (consolidado) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía o saldo de passivo a descoberto no valor de R\$ 2.313.303 mil (R\$ 1.433.260 mil em 31 de dezembro de 2023) (individual) e R\$ 4.205.998 mil (R\$ 3.332.907 mil em 31 de dezembro de 2023) (consolidado). Dadas as circunstâncias descritas acima, em 31 de dezembro de 2024, tais questões indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa à continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria (“PAA”)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6 – “Impostos, taxas e contribuições” subitem (b), a controlada indireta Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R\$ 1.368.770 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.342.240 em 31 de dezembro de 2023) provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram reconhecidos com base em estudos elaborados pela Administração e aprovados pelos órgãos de governança das controladas sobre o montante provável de lucros tributáveis que estarão disponíveis no futuro para realização. A estimativa de lucros tributáveis futuros foi preparada com base no plano de negócios e orçamentos preparados e aprovados pela Administração das Companhias.

Esse tema foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à subjetividade, ao julgamento envolvido e incertezas inerentes ao processo na elaboração da estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas, baseadas em estratégias, no cenário macroeconômico, no desempenho atual e passado e no crescimento esperado das operações.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios e premissas e sua consistência com dados históricos e informações disponíveis de mercado; (ii) avaliação da consistência matemática das projeções e razoabilidade dos principais componentes do estudo de lucro tributável futuro, com a participação dos nossos especialistas internos em avaliações econômico-financeiras e especialistas em imposto de renda e contribuição social; (iii) avaliação sobre suficiência de lucros tributáveis futuros em relação aos tributos diferidos ativos reconhecidos; e (iv) avaliação da adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados pela Companhia e controladas na avaliação do valor dos saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas como um todo.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11 – “Intangível”, a controlada indireta Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU *Airport*, possui montante significativo de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, cujo saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 10.459.214 (R\$ 11.392.214 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, a situação financeira das Companhias indicava que os valores contábeis desses ativos poderiam exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a Administração da Companhia realizou a atualização do teste de avaliação do valor recuperável.

Esse tema foi considerado uma área crítica e, devido aos impactos da pandemia, um assunto ainda de maior risco em nossa abordagem de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024, tendo em vista que as estimativas e projeções presentes na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que estão além do controle da administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria: (i) avaliamos os critérios de classificação dos ativos mantidos para venda; (ii) efetuamos discussões com a Administração sobre as perspectivas para concretização das vendas dos ativos, bem como a inspeção de evidências que suportem a manutenção dos ativos classificados como “ativos mantidos para venda e operações descontinuadas”; (iii) avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas; (iv) revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis; (v) revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela Administração, considerando o ambiente econômico geral, incluindo os impactos causados pela pandemia nos negócios e no planejamento da Companhia, avaliamos também as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido com as informações históricas utilizadas; e (vi) avaliamos o risco associado com os fluxos de caixa e seus efeitos relacionados à taxa de desconto, objetivando analisar a razoabilidade das taxas de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa do modelo preparados pela Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo das taxas.

Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos uma análise de sensibilidade independente considerando um cenário mais conservador e comparamos com o valor recuperável obtido no estudo elaborado pela administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade dos ativos em um cenário menos favorável.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportaram nossos procedimentos de auditoria, consideramos que os ativos mantidos para venda e descontinuados, bem como a avaliação do valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia, estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidado do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que não há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2025

Forvis Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda.
CRC 2SP023701/O-8

Assinado por:

Franciane Heloise Moraes Messias

4982829F89EE425...

Franciane Heloise Moraes Messias
Contadora CRC 1SP262973/O-6

Assinado por:

Tibério Melo

8B414058AA2E402...

Tibério Melo
Contador CRC 1SP313893/O-2

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	27.694	145.307	892.784	806.764
Aplicações financeiras	4	968	394	1.768.154	918.387
Contas a receber	5.a	-	-	279.920	262.430
Contas a receber - Venda de investimento	5.b	-	149.978	-	149.978
Estoques		-	-	7.632	14.107
Tributos a recuperar	6.a	11.152	14.135	69.975	96.575
Adiantamentos		3.581	3.348	26.870	17.507
Dívidendos	7	36.196	85.902	-	-
Partes relacionadas	7	521	2.712	-	-
Outros ativos		8.777	8.896	8.777	9.120
Total do ativo circulante		88.889	410.672	3.054.112	2.274.868
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	8 e 25	258.266	231.675	378.449	1.216.790
Total do ativo circulante e mantidos para venda e operações descontinuadas		347.155	642.347	3.432.561	3.491.658
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	4	13.968	-	181.850	194.159
Contas a receber	5.a	-	-	9.722	34.272
Contas a receber - Venda de investimento	5.b	92.720	-	92.720	-
Impostos diferidos ativos	6.b	-	-	1.067.602	959.852
Estoques		-	-	6.781	3.854
Tributos a recuperar	6.a	-	-	288.372	308.396
Dívidendos	7	-	15.271	-	-
Partes relacionadas	7	1.164.113	354.671	204.531	173.141
Depósitos judiciais	15	589	657	35.675	39.693
Investimentos	8	58.077	206.909	74.356	66.972
Imobilizado	10	1.081	1.911	1.746	13.766
Intangível	11	1.686	6.275	10.460.900	11.510.024
Total do ativo não circulante		1.332.234	585.694	12.424.255	13.304.129
TOTAL DO ATIVO		1.679.389	1.228.041	15.856.816	16.795.787

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**

(Valores expressos em milhares de reais)

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
CIRCULANTE					
Fornecedores	12	3.976	3.104	89.847	113.208
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	422.942	386.297
Debêntures	13	2.759	209.547	305.353	356.514
Impostos a recolher	6.c	357	1.071	45.389	44.577
Obrigações com empregados e administradores		3.012	3.285	25.220	25.556
Concessão de serviço público	14	-	-	2.017.730	1.913.147
Partes relacionadas	7	10	10	-	-
Receita diferida		-	-	63.328	62.258
Adiantamentos de clientes		-	-	22.404	28.857
Outros passivos		155	-	5.821	10.728
Total do passivo circulante		10.269	217.017	2.998.034	2.941.142
Passivos mantidos para venda e operações descontinuadas	8 e 25	1.204.793	345.907	329.198	1.167.112
Total do passivo circulante e mantidos para venda e operações descontinuadas		1.215.062	562.924	3.327.232	4.108.254
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	13	814.128	-	1.761.805	1.354.784
Debêntures	13	647.988	676.471	831.095	1.073.287
Concessão de serviço público	14	-	-	13.705.643	13.120.073
Provisão para riscos processuais	15	1.395	1.518	53.129	40.516
Receita diferida		-	-	337.616	381.998
Dividendos a pagar	7	22.841	22.841	22.841	22.841
Provisão para passivo descoberto	8	1.291.278	1.397.547	-	-
Adiantamentos de clientes		-	-	9.209	9.666
Outros passivos		-	-	14.244	17.275
Total do passivo não circulante		2.777.630	2.098.377	16.735.582	16.020.440
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)					
Capital social	16.a	3.867.919	3.867.919	3.867.919	3.867.919
Prejuízos acumulados		(6.181.222)	(5.301.179)	(6.181.222)	(5.301.179)
		(2.313.303)	(1.433.260)	(2.313.303)	(1.433.260)
Participação dos não controladores		-	-	(1.892.695)	(1.899.647)
Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		(2.313.303)	(1.433.260)	(4.205.998)	(3.332.907)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.679.389	1.228.041	15.856.816	16.795.787

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	17	-	-	3.260.905	2.892.133
Receita de construção	17	-	-	70.386	38.920
Custo dos serviços prestados	18	-	-	(1.865.591)	(1.726.625)
Custo de construção	18	-	-	(70.386)	(38.920)
LUCRO BRUTO		-	-	1.395.314	1.165.508
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	18	(57.061)	(41.234)	(171.662)	(193.419)
Equivalência patrimonial	8	27.558	(69.375)	(8.918)	(15.776)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(41.130)	(27.442)	(27.767)	97.102
RESULTADO OPERACIONAL		(70.633)	(138.051)	1.186.967	1.053.415
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	19	84.895	126.233	371.514	477.712
Despesas financeiras	19	(137.244)	(117.835)	(1.744.131)	(1.856.360)
TOTAL		(52.349)	8.398	(1.372.617)	(1.378.648)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS ANTES DOS IMPOSTOS		(122.982)	(129.653)	(185.650)	(325.233)
Imposto de renda e contribuição social	6.d	-	-	70.162	82.848
Corrente		-	-	(38.203)	(8.175)
Diferido		-	-	108.365	91.023
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		(122.982)	(129.653)	(115.488)	(242.385)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	7.494	(112.732)
Atribuível aos acionistas controladores		(122.982)	(129.653)	(122.982)	(129.653)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO DO ATIVO MANTIDO PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	8 e 25	(757.061)	(34.680)	(757.061)	(34.680)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(880.043)	(164.333)	(872.549)	(277.065)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	7.494	(112.732)
Atribuível aos acionistas controladores		(880.043)	(164.333)	(880.043)	(164.333)
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações continuadas (em reais - R\$)	20	(0,2866)	(0,3021)		
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações descontinuadas (em reais - R\$)	20	(1,7640)	(0,0808)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(880.043)	(164.333)	(872.549)	(277.065)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(880.043)	(164.333)	(872.549)	(277.065)
Acionistas controladores	(880.043)	(164.333)	(880.043)	(164.333)
Acionistas não controladores	-	-	7.494	(112.732)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO DESCOBERTO) PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total atribuído aos controladores	Participação não controladores	Total consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	3.867.919	(5.136.846)	(1.268.927)	(1.789.021)	(3.057.948)
Adição dos não controladores	-	-	-	2.106	2.106
Prejuízo do exercício	-	(164.333)	(164.333)	(112.732)	(277.065)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	3.867.919	(5.301.179)	(1.433.260)	(1.899.647)	(3.332.907)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	3.867.919	(5.301.179)	(1.433.260)	(1.899.647)	(3.332.907)
Adição dos não controladores	-	-	-	(542)	(542)
Prejuízo do exercício	-	(880.043)	(880.043)	7.494	(872.549)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	3.867.919	(6.181.222)	(2.313.303)	(1.892.695)	(4.205.998)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado antes dos impostos		(122.982)	(129.653)	(185.650)	(325.233)
Ajustes:					
Resultado de operações descontinuadas e mantidos para venda		(757.061)	(34.680)	(757.061)	(34.680)
Depreciações e amortizações	10 e 11	5.400	6.969	1.122.123	1.034.538
Baixa de imobilizado e intangível	10 e 11	19	385	126.370	507
(Reversão) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa		-	-	33.371	(32.531)
Provisão para riscos processuais	15	(123)	570	12.613	(7.515)
Apropriação de receita diferida		-	-	(48.832)	(47.185)
Variações monetárias e encargos, líquidos		105.323	100.160	1.690.697	1.822.692
Reequilíbrio econômico financeiro		-	-	(17.250)	(197.771)
Custo de captação de empréstimos e financiamentos	13	42	57	1.003	1.090
Equivalência patrimonial	8	(27.558)	69.375	8.918	15.776
Perda ao valor recuperável investimentos		-	282	-	305
Dividendos e JSCP		-	(14.040)	-	(1.231)
Participações dos acionistas não controladores		-	-	(542)	-
Outros créditos		119	1.506	343	1.291
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	(26.311)	90.982
Venda de investimento		57.258	(22.047)	57.258	(22.047)
Estoques		-	-	3.548	(2.181)
Impostos a recuperar		2.983	(4.788)	46.624	(14.636)
Depósitos judiciais		68	266	4.018	(4.330)
Partes relacionadas		(807.251)	(25.271)	(31.390)	(24.448)
Outros		155	(789)	(7.938)	(154.880)
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas		(26.591)	(48.100)	838.341	209.220

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
(Aumento) redução nos passivos operacionais:					
Fornecedores		872	2.268	(23.361)	34.329
Partes relacionadas		-	(264)	-	-
Obrigações com empregados e administradores		(273)	(1.037)	(336)	(1.735)
Impostos a recolher		(714)	(395)	(106.938)	(130.415)
Adiantamentos clientes		-	-	(6.910)	25.462
Outras obrigações e contas a pagar		(233)	(2.956)	(9.363)	(6.122)
Outorga Variável	14	-	-	371.033	319.587
Pagamento da outorga variável	14	-	-	(319.587)	-
Receita diferida		-	-	16.492	151.478
Passivos mantidos para venda e operações descontinuadas		777.515	43.246	(837.914)	(142.918)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais		(793.032)	(58.936)	1.953.369	2.557.399
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos/compensados		-	-	70.162	91.023
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(33.981)	(18.509)	(209.118)	(229.322)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		(827.013)	(77.445)	1.814.413	2.419.100
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Baixa de investimento - venda	8	151.516	-	-	-
Aplicações financeiras		(14.542)	32.095	(837.458)	(114.002)
Aquisição de Investimento		-	-	(16.279)	-
Aquisição de imobilizado		-	(10)	(110)	(454)
Aquisição de intangível		-	-	(76.482)	(157.338)
Recebimento de dividendos		49.706	101.283	-	11.392
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		186.680	133.368	(930.329)	(260.402)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(270.603)	(183.043)	(735.749)	(646.975)
Dividendos	7	15.271	-	-	-
Assunção de dívida		778.052	-	778.052	-
Concessão/Pagamento de Outorga		-	-	(840.367)	(1.489.875)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		522.720	(183.043)	(798.064)	(2.136.850)
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		(117.613)	(127.120)	86.020	21.848
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	145.307	272.427	806.764	784.916
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	27.694	145.307	892.784	806.764
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		(117.613)	(127.120)	86.020	21.848

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas		207.946	2.136	4.083.491	3.453.843
Receita operacional	17	-	-	3.750.521	3.309.751
Receita de construção	17	-	-	70.386	38.920
Reversões/(Perda) estimada em créditos de liquidação duvidosa		-	-	32.859	(34.180)
Outras receitas		207.946	2.136	229.725	139.352
Insumos adquiridos de terceiros		(278.117)	(45.907)	(1.156.419)	(790.722)
Custo das mercadorias e serviços vendidos		-	-	(642.142)	(546.552)
Custo de construção		-	-	(70.386)	(38.920)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(105.656)	(17.981)	(271.430)	(175.660)
Perda/recuperação de valores ativos		(20.926)	(27.540)	(20.926)	(29.189)
Outros custos		(151.535)	(386)	(151.535)	(401)
Valor adicionado bruto		(70.171)	(43.771)	2.927.072	2.663.121
Retenções		(5.400)	(6.969)	(1.121.850)	(1.034.309)
Depreciação e amortização	10 e 11	(5.400)	(6.969)	(1.121.850)	(1.034.309)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		(75.571)	(50.740)	1.805.222	1.628.812
Valor adicionado recebido em transferência		112.453	56.858	362.596	461.936
Resultado de equivalência patrimonial		27.558	(69.375)	(8.918)	(15.776)
Receitas financeiras	19	84.895	126.233	371.514	477.712
Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir		36.882	6.118	2.167.818	2.090.748
Valor adicionado das operações mantidas para venda e descontinuadas a distribuir		(757.062)	(34.680)	(757.062)	(34.680)
Total do valor adicionado a distribuir		(720.180)	(28.562)	1.410.756	2.056.068
Distribuição do valor adicionado		(720.180)	(28.562)	1.410.756	2.056.068

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**

(Valores expressos em milhares de reais)

(continuação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Distribuição do valor adicionado		(720.180)	(28.562)	1.410.756	2.056.068
Pessoal e encargos		18.906	12.796	134.476	126.639
Remuneração direta		16.573	13.274	92.045	88.973
Benefícios		1.518	(965)	36.083	31.595
FGTS		815	487	6.348	6.071
Impostos, taxas e contribuições		7.392	9.104	422.085	370.146
Federais		7.283	8.872	314.002	271.167
Estaduais		7	-	7	42
Municipais		102	232	108.076	98.937
Remuneração do capital de terceiros		133.565	113.871	1.726.744	1.836.348
Juros		94.411	67.614	305.193	309.455
Variação	19	38.209	43.774	38.209	44.476
Aluguéis		260	219	260	377
Atualização outorga	19	-	-	1.374.595	1.472.822
Outros		685	2.264	8.487	9.218
Remuneração de capital próprio		(880.043)	(164.333)	(872.549)	(277.065)
Prejuízo atribuível aos acionistas não controladores		-	-	7.494	(112.732)
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores		(880.043)	(164.333)	(880.043)	(164.333)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Informações gerais

1.1 Operações da Companhia

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR (“INVEPAR”, “Companhia” ou “Controladora”), cuja sede está localizada no Centro Empresarial Mourisco Loja H - Praia Botafogo, 501 - Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob a forma de “sociedade por ações”. A Companhia possui registro de Companhia Aberta, na categoria “A”, na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A INVEPAR atua no setor de infraestrutura de transportes no Brasil, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos, como segue:

Empresas controladas, controlada em conjunto e coligadas

Rodovias

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT
Concessionária ViaRio S.A. - VIARIO
Concessionária BR-040 S.A. - VIA040
Linha Amarela S.A. - LAMSA
Línea Amarilla Brasil Participações S.A. - LAMBRA

Mobilidade Urbana

Concessionária do VLT Carioca S.A. – VLT

Aeroportos

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU *Airport*

A INVEPAR e o conjunto de empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto são denominados “Grupo INVEPAR” ou “Grupo”.

As informações contábeis das controladas e das coligadas VIARIO, CRT e VLT foram contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial (Nota 8). Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

No que diz respeito à controlada indireta GRU *Airport*, a Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 10 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 05 anos.

Em dezembro de 2024 foi assinado o 11º Termo aditivo ao contrato de concessão que autorizou a renovação do contrato pelo período de 1 ano e quatro meses, passando o término a concessão a ocorrer no dia 23 de novembro de 2033. Esse contrato de concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de outorga fixa e variável, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

O Plano Anual de Negócios foi construído com base em metodologias de mercado do setor de atuação e é anualmente revisado. As projeções de receita, custos, investimentos e reinvestimentos são baseadas em premissas de mercado e indicadores macroeconômicos que permitem a sustentação do ativo de concessão registrado no intangível (Nota 11 e 14). Essas mesmas premissas sustentam o lucro tributável futuro permitindo a utilização do imposto ativo diferido constituído no ativo (Nota 6b).

Em 31 de dezembro de 2024, a INVEPAR apresentou prejuízo de R\$ 880.043 (R\$ 164.333 em 31 de dezembro de 2023) (individual) e de R\$ 872.549 (R\$ 277.065 em 31 de dezembro de 2023) (consolidado) e um capital circulante líquido de R\$ 78.620 e (R\$ 193.655 em 31 de dezembro de 2023) (individual) e

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

um capital circulante líquido de R\$ 56.078 e (R\$ 666.274 negativo em 31 de dezembro de 2023) (consolidado) e um passivo a descoberto no valor de R\$ 2.313.303 (R\$ 1.433.260 em 31 de dezembro de 2023) (individual) e R\$ 4.205.998 (R\$ 3.332.907 em 31 de dezembro de 2023) (consolidado).

Os resultados do capital circulante são impactados no consolidado principalmente pela sua controlada GRU *Airport*, que teve suas demonstrações contábeis preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que a situação patrimonial atual de prejuízo, capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) é prevista no plano de negócios e que a Concessionária GRU *Airport* gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

Pelos próximos 8 anos e onze meses, a Concessionária GRU *Airport* realizará investimentos de acordo com a fase II do Plano de Exploração Aeroportuária (PEA), para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

LAMSA

(a) Processo de encampação

Em 29 de outubro de 2019, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro enviou Projeto de Lei Complementar à Câmara Municipal para ser votado, em regime de urgência, com o objetivo de encampação do Contrato de Concessão da Linha Amarela.

Em 06 de novembro de 2019, a LAMSA obteve decisão judicial favorável, assegurando a execução do Contrato de Concessão até que se estabeleça processo administrativo garantindo o direito da Concessionária à ampla defesa e à indenização prévia.

Após diversas liminares favoráveis que garantiram a execução do Contrato de Concessão, em 16 de setembro de 2020, o Município do Rio de Janeiro obteve liminar (SLS nº 2792) junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), assegurando o prosseguimento dos atos de encampação, suspendendo a cobrança de tarifa. E, em 03 de março de 2021, após Reclamação (RCL) 43697 apresentada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministro Luiz Fux, deferiu liminar e suspendeu os efeitos da decisão obtida pelo Município do Rio de Janeiro.

A cobrança da tarifa foi restabelecida em 09 de abril de 2021, com o valor provisório de R\$ 4,00 (quatro reais), fixado pelo juízo, após audiência de conciliação realizada em 05 de abril de 2021, na qual ficou ajustada a realização de perícia no processo de origem (TJRJ nº 0337389-74.2019.8.19.0001) para apurar os desequilíbrios apontados pelas partes.

A perícia realizada pela Alumni COPPEAD e concluída em 22 de novembro de 2021, evidenciou um desequilíbrio em favor da Concessionária e evidenciou um eventual sobrepreço nas obras realizada com base no 11º Termo Aditivo – TA do Contrato de Concessão nº 513/94, sendo deferido prazo às partes para manifestação sobre o laudo, para posterior esclarecimento técnico e envio ao Supremo Tribunal Federal. Cabe ressaltar que no laudo elaborado pela Alumni COPPEAD a expressão sobrepreço não é qualificadora de ato ilícito, apenas que não encontrou subsídios para diferença orçamentária.

Em 29 de setembro de 2022, a Prefeitura do Rio de Janeiro, considerando a perícia realizada pela Alumni COPPEAD, na questão da indicação de potencial sobrepreço nas obras executadas, não levando em consideração o desequilíbrio apresentado no referido laudo, notificou a Companhia através do Ofício nº MTR-OFI-2022/00450, autorizando a abertura do processo sob o nº 03/000.200/202 para apurar a nulidade do 11º Aditivo – TA do Contrato de Concessão nº 513/94, tendo o prazo de 10 dias para pronunciamento. O 11º Aditivo a que se refere trata da prorrogação do prazo da Concessão por mais 15 anos, passando o contrato a vigorar por 480 meses (40 anos) a contar do início da cobrança do pedágio, ocorrida em 1º de janeiro de 1998. Este tema foi divulgado ao mercado em 30 de setembro de 2022, através de fato relevante.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia entende que não é correto falar-se em nulidade do 11º Termo Aditivo do Contrato de Concessão tendo em vista, que não há prova de qualquer ato ilícito praticado quando de sua celebração, e ainda, essa questão é objeto de ações judiciais que tramitam na justiça do Rio de Janeiro, não podendo administrativamente a Prefeitura do Rio de Janeiro decidir sobre essa matéria.

Em 12 de dezembro de 2022 foi realizada audiência entre as partes e ficou acordado que o Município prosseguiria com a suspensão do processo administrativo, bem como não iniciaria nova licitação até o esclarecimento do laudo pericial em nova audiência agendada para 02 de fevereiro de 2023, sendo prorrogada para 10 de março de 2023 conforme despacho emitido em 30 de janeiro de 2023.

Em audiência realizada no dia 10 de março de 2023 no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foram ouvidos os peritos da COPPEAD para esclarecimentos sobre o laudo. Adicionalmente a juíza suspendeu o procedimento administrativo de nulidade do Contrato de Concessão até a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a reclamação formulada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

No dia 10 de março de 2023 teve início a sessão virtual no STF em relação à reclamação (RCL 43 697) da ABCR sobre o caso da encampação da Linha Amarela autorizada pelo Ministro Humberto Martins no Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 16 de setembro de 2020. No dia 14 de março de 2023 o Ministro Luiz Fux pediu vistas no processo suspendendo-o.

Em 25 de junho de 2023 houve a devolução dos autos para julgamento agendado para 04 a 14 de agosto de 2023, em sessão virtual no STF. No dia 5 de agosto de 2023 o Ministro Nunes Marques pediu vistas ao processo.

Em 20 de novembro de 2023, foi efetuado devolução dos autos para julgamento em sessão virtual agendada entre os dias 01 de dezembro de 2023 a 11 de dezembro de 2023.

Em 04 de dezembro de 2023, em sessão virtual, o Ministro Gilmar Mendes pediu vistas ao processo.

Em 29 de abril de 2024, foi efetuada a devolução dos autos para julgamento em sessão virtual agendada entre os dias 10 de maio de 2024 a 17 de maio de 2024.

Em sessão virtual realizada em 10 de maio de 2024, o Ministro Dias Toffoli pediu vista ao processo, sendo em 22 de agosto de 2024 efetuada a devolução dos autos para julgamento.

Em 02 de outubro de 2024, foi incluído no calendário de julgamento do presidente, com publicação no Diário de Justiça Eletrônico – DJE em 03 de outubro de 2024.

Foi pautado julgamento no STF, para o dia 23 de outubro de 2024, porém o processo não foi julgado.

Em 07 de novembro de 2024, o Supremo Tribunal Federal - STF, reconhecendo sua competência anulou a decisão proferida pelo Supremo Tribunal de Justiça - STJ, mantendo a suspensão da encampação do contrato de concessão da Linha Amarela S.A pretendida pelo Município do Rio de Janeiro - MRJ, até apreciação pelo presidente do STF sobre o mérito da suspensão requerida pelo MRJ. Em 08 de novembro de 2024, a Linha Amarela S.A., divulgou comunicado ao mercado acerca do tema.

Em 16 de dezembro de 2024, nos autos do processo de suspensão de liminar nº 1783, foi designada, diante da complexidade da matéria discutida, a realização de audiência de conciliação em 11 de fevereiro de 2025. O município do Rio de Janeiro pediu adiamento da audiência de conciliação, alegando necessidade de comparecimento de seus técnicos, sendo este pedido deferido e redesignando a audiência de conciliação para 18 de fevereiro de 2025 às 14h.

Na audiência ocorrida em 18 de fevereiro de 2025, após amplo debate sobre os principais pontos da disputa, as partes concordaram com o adiamento da audiência para o dia 24 de março de 2025.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

VIA040

(a) Relicitação

Em 07 de agosto de 2019 foi publicado o Decreto nº 9.957/2019, que regulamenta o procedimento de relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviários, ferroviário e aeroportuário. Diante da publicação do referido Decreto, a VIA040, apresentou novo pedido de Relicitação, contendo justificativas pormenorizadas da necessidade de relicitação do empreendimento. Em 26 de novembro de 2019, a ANTT aprovou o pedido, e, em 10 de janeiro de 2020, o pedido foi recomendado para qualificação pelo Programa de Parceria e Investimentos (PPI), secretaria vinculada à Casa Civil. Em 18 de janeiro de 2020, o Decreto nº 10.248 do Poder Executivo, qualificou o trecho da Rodovia BR-040 para fins de relicitação.

Em 14 de julho de 2020, a Diretoria da ANTT aprovou a permissão para celebração de aditivo contratual que direciona a relicitação da VIA040 e em 20 de novembro de 2020, a VIA040 e a ANTT assinaram Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da BR-040/DF/GO/MG, dando continuidade ao processo de relicitação previsto pelo Decreto Federal nº 9.957/2019, no âmbito do PPI. O Termo Aditivo estabelece, dentre outras matérias, as condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoração a serem mantidos pela VIA040 até 18 de fevereiro de 2022.

Em 17 de fevereiro de 2022, a Concessionária BR040 assinou o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Originário pelo prazo de 18 meses a contar de 19 de fevereiro de 2022, em que o vencimento da concessão passa a ser até 18 de agosto de 2023, conforme a cláusula segunda do respectivo Termo Aditivo.

Em 01 de agosto de 2023, o Ministério Público Federal ingressou com Ação Civil Pública com pedido de tutela de urgência contra a União Federal, a ANTT e VIA040 a fim de garantir a continuidade dos serviços essenciais prestados pela Concessionária até a conclusão do processo de relicitação. Em 03 de agosto de 2023, o juiz da 10ª Vara Federal Cível da SSJ de Belo Horizonte designou audiência de conciliação realizada em 10 de agosto de 2023. Nesta audiência de conciliação, por não haver um consenso entre as partes, foi agendada uma nova audiência para tentativa de acordo em 16 de agosto de 2023.

Em 17 de agosto de 2023, o juiz federal responsável pela ação emitiu determinação para que a Concessionária prossiga com a prestação de serviços de manutenção, conservação, operação e monitoramento da rodovia, mantendo as condições do último Termo Aditivo celebrado até a finalização do processo de relicitação.

Em 29 de dezembro de 2023 a ANTT divulgou o Aviso de licitação do Edital de Concessão nº 04/2023 da Rodovia BR-040. Esse edital corresponde ao trecho de Belo Horizonte/Juiz de Fora com 231,1 km de extensão O leilão está previsto para 11 de abril de 2024.

Em 11 de abril de 2024 foi realizado na sede da B3 em São Paulo o leilão do trecho entre Belo Horizonte-MG/Juiz de Fora-MG, que é parte integrante da extensão atual de operação da Via040. O proponente Consórcio Infraestrutura MG obteve êxito no certame com a melhor proposta, apresentando um deságio de 11,21% em relação a tarifa básica de pedágio proposta pelo Governo.

Em 03 de junho de 2024, foi publicado o edital de licitação do trecho "Rota dos Cristais" que compreende a 594,8 Km da BR-040 GO/MG, o leilão foi realizado em 26 de setembro de 2024.

Em 15 de julho de 2024, a Concessionária divulgou fato relevante acerca de notificação recebida pela ANTT acerca da finalização das atividades da Concessionária. Dessa forma, a partir de 06 de agosto de 2024, cessou as atividades da VIA040 nas rodovias BR-040/MG/GO/DF, ficando os trechos; (i) Belo Horizonte/MG sob responsabilidade da Concessionária vencedora do leilão de 11 de abril de 2024 e (ii) o trecho remanescente ao DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes).

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 06 de agosto de 2024, a Concessionária divulgou fato relevante acerca do encerramento das operações da Via040 em 05 de agosto de 2024, ficando os trechos: (i) de Belo Horizonte/MG a Juiz de Fora/MG sob responsabilidade da Concessionária EPR Via Mineira; e (ii) de Belo Horizonte/MG a Brasília/DF sob responsabilidade do DNIT.

Com o encerramento das operações o saldo de empréstimos foi transferido para a Invepar por meio de Assunção de Dívida, conforme previsto no 8º e o 9º Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fianças – CPG. Vide notas explicativas nº 13.

A Administração continua a preparar as informações contábeis com base no pressuposto da continuidade operacional, respeitando o objeto social da Companhia que visa, exclusivamente, a gestão de ativos e passivos, direitos e obrigações relacionados à exploração da concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG. O prazo de duração da Companhia será aquele necessário para o cumprimento de todas as suas obrigações, incluindo a liquidação de todos ativos e passivos com a agência reguladora e recebimento do montante destinado ao restabelecimento do reequilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão.

Procedimento arbitral CCI nº 28966/RLS (Indenização e Excedente Tarifário)

A Concessionária BR040 S.A (Requerente) apresentou, em 25.09.2024, pedido de instauração de arbitragem em face da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT (Requerida), perante a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (Procedimento Arbitral CCI nº 28966/RLS).

A disputa que será objeto deste procedimento arbitral corresponde aos valores devidos à Via 040 com a extinção do Contrato de Concessão da rodovia federal BR-040, bem como a outros fatos motivadores de reequilíbrios contratuais durante a vigência do contrato de concessão, que não estão contemplados no Procedimento Arbitral nº 23932/GSS/PFF/RLS, além de multas arbitrariamente aplicadas em desfavor da Via 040.

Por esta razão, a Requerente pretende discutir os cálculos da Indenização que lhe é devida, o que perpassa, necessariamente, por temas como a discussão acerca do correto valor da tarifa praticada durante o processo de relicitação, os efeitos da mora da ANTT no procedimento de relicitação, as irregularidades do processo de apuração da Indenização pela ANTT e a KPMG (Verificador Independente), a (in)aplicabilidade do Excedente Tarifário devido à mora administrativa praticada pela ANTT (ou, caso se entenda que o referido excedente seria devido, a forma de apuração e o período de incidência), a aplicação de multas arbitrárias no contexto da controvérsia entre as partes, bem como outras perdas e danos sofridas pela Via 040, dentre outros pleitos ocorridos no curso do Contrato de Concessão que afetaram a matriz de risco, e portanto, o equilíbrio contratual.

A referida arbitragem está em fase inicial e não houve, ainda, a instauração do Tribunal Arbitral. Os Co árbitros indicados pelas partes foram confirmados e resta pendente de confirmação a nomeação da Árbitra Presidente.

2 Principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 20 de março de 2025, que compreendem:

(a) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(b) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras da Concessionária estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07(R1), que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão

2.2 Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a INVEPAR e suas controladas. As participações da INVEPAR são:

	% de participação da INVEPAR					
	2024			2023		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Empresas Consolidadas						
CLN	-	-	-	100	87,28	92,92
LAMBRA	-	-	-	100	-	100
GRUPAR	80	-	80	80	-	80
Ativos mantidos para venda						
LAMSA	100	100	100	100	100	100
Operações descontinuadas						
LAMBRA	100	-	100	-	-	-
VIA040	100	-	100	100	-	100

Controladas

Controladas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas contábeis e operacionais, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

As controladas foram consolidadas somando-se integralmente as contas de ativo, passivo e resultado, destacando-se a participação dos acionistas não controladores, quando aplicável. A consolidação é feita a partir da data de aquisição de cada controlada e tem como principais procedimentos: (i) a eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas; e (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas.

2.3 Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação de serviço, especificada no contrato acordado com o cliente, mensurados como receitas acessórias.

A Companhia reconhece a contraprestação de serviço quando transfere ao cliente o controle sobre o serviço.

(a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15).

Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no sistema. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no Contrato de Concessão.

Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no Contrato de Concessão, as Concessionárias podem reconhecer receitas não tarifárias mediante cessão de espaços através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas.

(b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. A receita de serviços não tarifários é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados.

(c) Receita de construção

A Companhia é alcançada pela ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), e está sendo registrada receita de construção de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15). Dessa forma, a Companhia e suas controladas contabilizam receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

As margens de construção são calculadas por empresa, de acordo com a particularidade de cada negócio, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária de cada Concessionária e os custos incorridos pelas empresas com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

2.4 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Concessionária. Esses investimentos são avaliados ao valor justo por meio do resultado, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os equivalentes de caixa são representados por recursos não vinculados/restritos que são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária das Controladas e Controladora.

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para as contas a receber e é constituída com base na avaliação de clientes com perspectivas de não pagamento e recorrências de atrasos e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as perdas futuras na realização dos créditos, levando em consideração o valor do saldo de cada cliente e seu histórico de perdas.

Em cada data de balanço, as Controladas e Controladora avaliam se as contas a receber estão com problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

2.6 Estoques

Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas quando aplicáveis. Os estoques cuja expectativa de utilização ocorra após 12 meses ou mais da data das demonstrações contábeis, são apresentados no ativo não circulante.

2.7 Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações contábeis da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da controlada. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Os investimentos quando negativos são reclassificados para conta apropriada no passivo sendo denominado "Provisão para passivo à descoberto".

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

Quando ocorre a perda de influência significativa sobre as investidas a Companhia avalia e reconhece o investimento pelo valor justo, sendo reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.8 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear as taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de maneira prospectiva, quando for o caso.

2.9 Intangível

Refere-se ao valor do direito de concessão registrado a valor presente, os investimentos para a concessão e os direitos de uso de software, sendo registrados ao custo de aquisição.

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do Contrato de Concessão são registrados ao custo da construção e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e das perdas do valor contábil, quando aplicável.

Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, exceto *GRU Airport* que é amortizada pela curva de passageiros, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens do ativo intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor contábil, submetidos a teste para análise de perda do seu valor contábil.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A Companhia e suas controladas reconhecem um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente.

2.10 Benefícios a empregados

As Concessionárias: *GRU Airport*, CLN, LAMSA, VIA040, além da INVEPAR, concedem benefícios a empregados incluindo plano de previdência complementar, assistência médica, odontológica, participação nos resultados, dentre outros, e é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável. Para os empregados admitidos pela Concessionária, o plano de previdência complementar oferecido é o da BrasilPrev, benefício de aposentadoria por sobrevivência previsto no PGBL e/ou indenização sob a forma de renda prevista no VGBL.

Um passivo de benefícios aos empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.11 Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor contábil. Sendo tais evidências identificadas, e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída perda para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado de ativo ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Concessionária e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Concessionária possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.13 Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

<u>Nome do tributo</u>	<u>Sigla</u>	<u>Receitas de pedágio e não tarifárias</u>	<u>Demais receitas</u>	<u>Receitas financeiras</u>
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65% e 1,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3% e 7,6%	7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISS	5%	-	-

(*) A alíquota de Imposto sobre Serviços (ISS) é de 5% para receitas tarifárias do aeroporto e das para operação de rodovias. Quanto a tributação do PIS e COFINS, a Companhia adota o regime de não cumulatividade.

A Companhia e suas controladas, exceto GRU *Airport*, adotam o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme o CPC 47 (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício, para as companhias estabelecidas no Brasil, compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), corrente e diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

2.14 Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo período. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

2.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A determinação da apuração do ajuste a valor presente envolve elementos do ativo e passivo de longo prazo. Todos os elementos integrantes do ativo realizável e do passivo exigível devem ser ajustados ao seu valor presente, mediante descontos que considerem os juros embutidos pré-fixados. Os demais ativos e passivos de curto prazo somente deverão ser ajustados ao seu valor presente caso esse ajuste tenha efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Conforme definição do CPC 12, o Ajuste a Valor Presente objetiva efetuar o ajuste para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro (o valor de um direito ou obrigação descontadas as taxas implícitas em seu valor original, registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras).

2.16 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis.

A Companhia possui sistemas de recebimento para notas fiscais para registro de serviços com datas de corte intermediárias. Desta forma, ao final de cada mês existem despesas já auferidas pela Companhia, mas efetivamente faturadas pelos seus clientes. Essas despesas são registradas provisões, que levam em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento do prestador de serviço. Como são utilizados dados históricos, essas estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

Estimativas e premissas:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação a interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como exemplo a localização das Concessionárias, pelos municípios terem uma legislação vigente diferente de um outro que tenha praça de cobrança de pedágio.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Na nota explicativa 22 estão as premissas e cálculos.

Provisões para riscos tributários, cíveis, administrativos e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, administrativas e trabalhistas quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos futuros, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão de GRU *Airport*.

Receita diferida

A Companhia reconhece receita diferida correspondente aos contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico-financeiro de sua controlada GRU *Airport*.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.17 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 76/2022.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

No reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como mensurados ao:

- *Custo amortizado*: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- *Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)*: quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- *Valor justo por meio do resultado (VJR)*: quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pelas Concessionárias.

Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, as Concessionárias classificam os passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.18 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.19 Contrato de concessão – ICPC 01 (R1) IFRIC 12

As Concessionárias da Companhia contabilizam os seus contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das Concessionárias porque o Contrato de Concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do Contrato de Concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do Contrato de Concessão.

2.20 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo, conforme apresentado no CPC 31 – Ativos não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável.

A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação. Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações contábeis consolidadas, mesmo se após a venda a Companhia ainda retenha participação na empresa. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

A moeda funcional do Grupo é o Real (R\$).

2.21 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

(a) Pronunciamentos revisados aplicados pela primeira vez em 2024.

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma) bem como, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento) – Vigente a partir de janeiro de 2024. Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante - Vigente a partir de 1º de janeiro de 2024. Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - Vigente a partir de 1º de janeiro de 2024. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

(b) Normas revisadas e não vigentes

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros – Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 (R1) – Vigente a partir de janeiro de 2026. Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 (CPC 48 – Instrumentos Financeiros) e ao IFRS 7 (CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros - Evidenciação) para abordar a classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras – Vigente a partir de 1º janeiro de 2027. Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18 que substitui a IAS 1 (CPC 26 (R1)). A nova norma mantém muitos dos requisitos das IAS 1 (CPC 26(R1)) e os complementa com novos requisitos. Alguns dos requisitos da IAS 1 (CPC 26(R1)) foram movidos para a IAS 8 (CPC23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro) e a IFRS 7 (CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros – Evidenciação). O IASB também fez pequenas alterações na IAS 7 (CPC03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa) e na IAS 33 (CPC 41 – Resultado por ação). A IFRS 18 exige a aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública – Divulgação - Vigente a partir de 1º janeiro de 2027. Em maio de 2024, a IASB emitiu a IFRS 19, que permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS em suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para as subsidiárias elegíveis e elas podem aplicar a norma em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	54	69	11.894	19.963
Aplicações financeiras				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	27.640	145.238	880.890	786.801
Total de caixa e equivalentes de caixa	27.694	145.307	892.784	806.764

As Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa de curto prazo e sem risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2024, a rentabilidade média destas aplicações foi de 99,91% a 102,5% do CDI (101,4% a 104,7% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

4 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aplicações financeiras				
Circulante				
Conta Pagamento / Reserva Outorga (a)	-	-	1.767.186	917.993
Certificados de Depósito Bancário - CDB (b)	968	394	968	394
Total circulante	968	394	1.768.154	918.387
Não circulante				
Conta Reserva	13.968	-	181.850	194.159
Total não circulante	13.968	-	181.850	194.159
Total de aplicação financeira	14.936	394	1.950.004	1.112.546

- (a) As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Em 31 de dezembro de 2024, a taxa média de rentabilidade destas aplicações era de 99,91% do CDI (99,0% em 31 de dezembro de 2023).
- (b) Os fundos são remunerados pela taxa média de 99,2% do CDI (101,0% do CDI em 31 de dezembro de 2023) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva, da Conta Pagamento e da Conta Outorga Fixa e da Conta Outorga Variável, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

5 Valores a receber

5.a Contas a receber

	Consolidado	
	2024	2023
Ativo circulante		
Receitas acessórias (a)	216.019	193.637
Aeronaves e passageiros (a)	121.552	152.425
Armazenagem e capatazia (a)	29.573	30.757
Valores a receber de pedágios (b)	-	6.206
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(87.224)	(120.595)
Total ativo circulante	279.920	262.430
Ativo não circulante		
Cessão de espaço (a)	9.722	34.272
Total ativo não circulante	9.722	34.272
Total contas a receber	289.642	296.702

(a) Refere-se a operações da concessão do Aeroporto de Guarulhos (GRU *Airport*), representando contas a receber por receitas tarifárias como aviação, armazenagem, passageiros e receitas não tarifárias como cessão de espaço.

(b) Contas a receber de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas da controlada Concessionária Litoral Norte S.A. – CLN, o qual foi concluída o processo de venda da sua totalidade de ações (92,92%) em 27 de maio de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes demonstrada:

	Total líquido de PECLD	Perdas estimada com crédito de liquidação duvidosa	Saldo a vencer	Saldos vencidos						
				< 30 dias	de 31 - 60 dias	de 61 - 90 dias	de 91 - 120 dias	de 121 - 150 dias	de 151 - 180 dias	> 180 dias
31 de dezembro de 2024	289.642	(87.224)	285.111	20.503	6.888	4.274	3.043	2.403	2.959	51.685
31 de dezembro de 2023	296.702	(120.595)	331.929	18.378	20.887	3.031	5.627	4.715	4.855	27.875

Em 31 de dezembro de 2024, a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa era de R\$ 87.224 (R\$ 120.595 em 31 de dezembro de 2023). O montante é substancialmente referente a GRU *Airport*. A redução no montante em aberto refere-se à renegociação de contratos efetuados pela controlada GRU *Airport*.

Segue movimentação nas perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo no início do período	(120.595)	(86.415)
Adições/Reversões	32.053	(35.624)
Baixa	1.318	1.444
Saldo no fim do período	(87.224)	(120.595)

A controlada indireta GRU *Airport* avaliou as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando julgamento e avaliação para perdas com liquidação duvidosa ou não através das perdas incorridas e avaliação financeira pelo método de perdas esperadas.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Tendo em vista, o impacto da COVID-19, alguns clientes foram expurgados da matriz de provisões e avaliados individualmente. Devido à deterioração da situação financeira de alguns clientes, dados históricos dos recebíveis a Administração mensurou como perda incorrida o valor integralmente provisionado para o período, independentemente do vencimento ou não dos títulos.

Em 31 de outubro de 2023, a Southrock Capital Ltda, à época, na qualidade de detentora das marcas Starbucks, Subway, Brazil Airport Restaurantes entre outras do setor de alimentos e bebidas ingressou com o pedido de recuperação judicial junto à Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, (local onde estão concentradas as principais atividades, administração e o patrimônio da empresa), afim de proteger o seu interesse privado e garantir a continuidade de sua atividade empresarial. O processo de recuperação judicial encontra-se em fase final de deliberação, aguardando aprovação do PRJ (Plano de Recuperação Judicial), a partir do qual a Concessionária terá a opção de tornar-se credora estratégica para recebimento do crédito quirografário concursal com melhores condições (em menor prazo e sem deságio).

5.b Venda de investimento

Em 30 de abril de 2020, a alienação da CART foi realizada por R\$ 783.966, líquida da perda no montante de R\$ 80.241 capturada na avaliação dos ativos mantidos para venda em 31 de dezembro de 2019.

Em maio de 2020, a Companhia recebeu o montante de R\$ 445.376 pela venda da CART ao IBH II e R\$ 81.328 em junho de 2020. Em 28 de setembro de 2020, a INVEPAR recebeu R\$ 93.673 e registrou uma perda adicional de R\$ 53.589 em decorrência do ajuste de preço da venda.

A avaliação ao valor recuperável do ativo financeiro decorrente da venda das ações da CART considera a expectativa de recebimento do valor de R\$ 110 milhões dado em garantia ao Pátria Investimentos. Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) liberação do valor dado em garantia sobre o período 2023 e 2024, conforme condições estabelecidas no contrato de compra e venda; (ii) atualização dos valores das parcelas liberadas com o CDI entre a data do fechamento da transação de compra e venda e as datas das respectivas liberações; (iii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA) e CDI; e (iv) taxa de desconto do capital próprio para descontar o fluxo de caixa referente ao recebimento das parcelas do ativo financeiro.

Em dezembro de 2024, o montante atualizado pelo CDI foi de R\$ 92.720 (R\$ 149.978 em 31 de dezembro de 2023), conforme quadro abaixo:

	2024	2023
Principal	110.000	110.000
Atualização	59.307	39.978
Multa Indenizatória - Sentença Arbitral - n.º 17/2017/SEC9	(76.587)	-
Total	92.720	149.978

Em 11 de janeiro de 2024 a INVEPAR foi notificada pela CART, em decorrência do resultado da Sentença Arbitral proferida entre a CART e Metha S.A (antiga OAS S.A.), visando o cumprimento da cláusula 10.9 do Contrato de Compra e Venda, a qual estabelece que a IBH II é responsável por danos atrelados à Arbitragem da OAS até o montante de R\$ 30.000. A sentença mencionada resultou no valor total de R\$ 97.919 em 09 de janeiro de 2024.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

6 Impostos, taxas e contribuições**(a) Tributos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Antecipação de imposto de renda e contribuição social (a)	2.645	8.028	26.791	55.224
PIS e COFINS (b)	-	7	33.568	34.176
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social (a)	6.947	4.541	8.056	5.599
Outros	1.560	1.559	1.560	1.576
Total circulante	11.152	14.135	69.975	96.575
PIS e COFINS (b)	-	-	288.372	308.388
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	-	-	-	8
Total não circulante	-	-	288.372	308.396
Total tributos a recuperar	11.152	14.135	358.347	404.971

(a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras.

(b) Estão representados por créditos de PIS e COFINS da controlada GRU *Airport* no montante de R\$ 308.388 composto em sua maioria pelos créditos das contribuições sobre os investimentos, os quais são compensados à medida da amortização dos bens contabilizados no ativo intangível. Conforme a OCPC 05, o ativo intangível é amortizado em função da curva estimada de demanda, pelo prazo da concessão.**(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos (consolidado)**

Natureza	Consolidado	
	2024	2023
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.350.729	1.324.197
Diferenças temporárias - Provisões indedutíveis	18.041	21.519
Total do ativo fiscal diferido	1.368.770	1.345.716
Outorga fiscal e margem de construção	(343.258)	(390.965)
AVP - outorga fiscal e reequilíbrio	43.609	6.210
Outros diferidos - Arrendamentos	(1.519)	(1.109)
Total do passivo fiscal diferido	(301.168)	(385.864)
Impostos diferidos – Ativo	1.067.602	959.852

As *holdings* INVEPAR e GRUPAR não constituíram IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias, pois a Administração entende que as projeções de resultado não apresentam base tributável para realização dos respectivos impostos diferidos. Os valores não constituídos de IRPJ e CSLL diferidos são R\$ 945.103 e R\$ 5.436, respectivamente.

O saldo de IRPJ e CSLL diferidos não constituídos na controlada GRU *Airport* totaliza o montante de R\$ 1.340.621 (R\$ 1.401.089 em 31 de dezembro de 2023).

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	Consolidado
Projeções de resultados tributáveis	2024
2025	55.284
2026	58.838
2027	77.888
2028 em diante	1.176.760
Total dos ativos fiscais diferidos	1.368.770
Total dos passivos fiscais diferidos	(301.168)
Total dos impostos diferidos	1.067.602

Parcela substancial do ativo fiscal diferido é advindo da controlada GRU *Airport*. A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva nos próximos anos.

(c) Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ e CSLL	-	-	-	2.425
PIS e COFINS	314	1.030	28.448	27.640
ISS	-	9	11.063	9.709
IRRF e CSRF	42	31	2.590	2.158
INSS sobre terceiros	1	1	3.288	2.645
Circulante	357	1.071	45.389	44.577

(d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(122.982)	(129.653)	(185.650)	(325.233)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	41.814	44.082	63.121	110.579
Adições/Exclusões permanentes	(271)	(609)	(2.626)	(596)
Subvenções do lucro de exploração (1)	-	-	-	5.148
Equivalência patrimonial	(248.031)	(23.588)	(260.433)	(5.364)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	206.488	(19.885)	270.100	(27.071)
Outros	-	-	-	152
Total dos impostos no resultado	-	-	70.162	82.848
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(38.203)	(8.175)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	108.365	91.023
Total dos impostos no resultado	-	-	70.162	82.848
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	0,0%	0,0%	-37,8%	-25,5%

(1) Redução de 75% do IRPJ calculada sobre o lucro da exploração de toda a capacidade instalada pelo prazo de 10 anos, a contar a partir de 01 de janeiro de 2014. Tal benefício foi concedido pelo Governo Federal a empresas de setores considerados prioritários na área da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

7 Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em relação aos mútuos realizados entre a controladora e suas partes relacionadas, estes ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas controladas para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes, conforme praticado no mercado e aprovados pelos órgãos da Administração.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Composição

			Controladora				
			2024				
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita/Despesa
LAMSA	Dividendos	Controlada	36.196	-	-	-	-
GRUPAR	Compart. Despesas (a)	Controlada	521	-	10	-	(116)
VIA040	Assunção de Dívida (d)	Controlada	-	778.052	-	-	-
VIARIO	Mútuo (c)	Coligada	-	131.536	-	-	14.860
LAMBRA	Outros (e)	Controlada	-	110.451	-	-	-
VIA040	Outorga de garantia (b)	Controlada	-	62.250	-	-	-
VLT	Mútuo (c)	Coligada	-	67.000	-	-	14.879
VIA040	Compart. Despesas (a)	Controlada	-	8.829	-	-	-
VIARIO	Outorga de garantia (b)	Coligada	-	5.995	-	-	1.651
FUNCEF/PETROS/PREVI/YOSEMITE	Dividendos	Acionistas	-	-	-	22.841	-
Total			36.717	1.164.113	10	22.841	31.274
	Total de dividendos e JSCP		36.196	-	-	22.841	-
	Total de partes relacionadas		521	1.164.113	10	-	31.274

			Consolidado				
			2024				
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita/Despesa
VIARIO	Mútuo (c)	Coligada	-	131.536	-	-	14.860
VLT	Mútuo (c)	Coligada	-	67.000	-	-	14.879
VIARIO	Outorga de garantia (b)	Coligada	-	5.995	-	-	1.651
FUNCEF/PETROS/PREVI/YOSEMITE	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.841	-
Total			-	204.531	-	22.841	31.390
	Total de dividendos		-	-	-	22.841	-
	Total de partes relacionadas		-	204.531	-	-	31.390

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Controladora							
2023							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita/Despesa
LAMSA	Dividendos	Controlada	77.559	15.271	-	-	-
CLN	JSCP	Controlada	8.343	-	-	-	-
CLN	Compart. Despesas (a)	Controlada	2.044	-	-	-	3.856
GRUPAR	Compart. Despesas (a)	Controlada	668	-	10	-	(113)
VIARIO	Mútuo (c)	Coligada	-	116.676	-	-	14.531
LAMBRA	Outros (e)	Controlada	-	110.451	-	-	-
VIA040	Outorga de garantia (b)	Controlada	-	62.250	-	-	4.535
VLT	Mútuo (c)	Coligada	-	52.121	-	-	8.477
VIA040	Compart. Despesas (a)	Controlada	-	8.829	-	-	-
VIARIO	Outorga de garantia (b)	Coligada	-	4.344	-	-	1.663
FUNCEF/PETROS/PREVI/YOSEMITE	Dividendos	Acionistas	-	-	-	22.841	-
Total			88.614	369.942	10	22.841	32.949
	Total de dividendos e JSCP		85.902	15.271	-	22.841	-
	Total de partes relacionadas		2.712	354.671	10	-	32.949

Consolidado							
2023							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita/Despesa
VIARIO	Mútuo (c)	Coligada	-	116.676	-	-	14.531
VLT	Mútuo (c)	Coligada	-	52.121	-	-	8.477
VIARIO	Outorga de garantia (b)	Coligada	-	4.344	-	-	1.663
FUNCEF/PETROS/PREVI/YOSEMITE	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.841	-
Total			-	173.141	-	22.841	24.671
	Total de dividendos		-	-	-	22.841	-
	Total de partes relacionadas		-	173.141	-	-	24.671

- (a) Compartilhamento de despesas: Rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

- (b) Outorga de Garantia: O contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia foi firmado entre a Companhia e a VIA040 em 15 de dezembro de 2015 para que a Companhia constitua garantias (fiança e aval), que deverão cobrir as obrigações pecuniárias decorrentes de dívidas contraídas pela controlada. Em 06 de julho de 2023, em Reunião do Conselho de Administração da INVEPAR e VIA040 foi aprovada a suspensão da cobrança da taxa de 2% a.a. a partir do 2º trimestre de 2023.
- (c) Mútuos: Os contratos de mútuo entre a INVEPAR e a coligada VIARIO, sendo 2 contratos remunerados a taxa de 130% do CDI (vencimento em 2034), 6 contratos remunerados a TR + 9,89% a.a. (vencimento em 2034) e 1 contrato remunerado a CDI + 2,90% a.a. (vencimento em 2028).

Os contratos de mútuo entre a INVEPAR e a coligada VLT, com vencimentos até 2027, são remunerados à taxa de CDI + 5% a.a.
- (d) Com o encerramento da atividade de concessão na V040 os contratos de empréstimos foram transferidos para a INVEPAR de acordo com as cláusulas contratuais.
- (e) Correspondem em sua maioria a ajustes intermediários e à quitação do Contrato de Compra e Venda de Debêntures com Opção de Revenda entre LAMBRA e Mubadala.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Remuneração da Administração

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de setembro de 2024, foi aprovado o montante de R\$ 8.684 como remuneração global anual dos administradores da INVEPAR *Holding* (Conselho de Administração e Diretoria) e o montante de R\$ 551 (Conselho Fiscal) para o exercício de 2024.

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Controladora, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta como segue:

Composição	Controladora					
	2024			2023		
	Remuneração Fixa	Outros	Total	Remuneração Fixa	Outros	Total
Diretores	1.948	4.383	6.331	3.542	990	4.532
Conselho de administração e fiscal	3.022	605	3.627	2.395	479	2.874
Total	4.970	4.988	9.958	5.937	1.469	7.406

Composição	Consolidado					
	2024			2023		
	Remuneração Fixa	Outros	Total	Remuneração Fixa	Outros	Total
Diretores	9.193	7.406	16.599	11.405	3.560	14.965
Conselho de administração e fiscal	4.428	888	5.316	3.503	701	4.204
Total	13.621	8.294	21.915	14.908	4.261	19.169

A controlada GRU *Airport* através de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2024, aprovou para o exercício de 2024, o montante de R\$ 9.340 como remuneração da Administração.

Em 31 de dezembro de 2024, o passivo da controlada GRU *Airport* com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$ 3.533 (R\$ 2.983 em 31 de dezembro de 2023).

8 Investimentos**Controladora**

As participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais das respectivas investidas na data base de 31 de dezembro de 2024.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

a) Participações acionárias

Investida	Controle	Participação		Controladora				Consolidado				
				2024		2023		2024		2023		
				Investimento/ Passivo a Descoberto	Mantidos para venda/ Operação descontinuada	Investimento/ Passivo a Descoberto	Mantidos para venda/ Operação descontinuada	Investimento (*)	Mantidos para venda/ Operação descontinuada	Investimento	Mantidos para venda/ Operação descontinuada	
CLN	Controlada	0%	92,92%	-	-	139.937	-	-	-	-	-	-
LAMSA	Controlada	100%	100%	-	258.266	-	231.675	-	294.462	-	-	324.506
CRT	Coligada	24,92%	24,92%	7.564	-	13.146	-	7.564	-	13.146	-	-
VLT	Valor justo	4,73%	4,73%	29.974	-	29.975	-	29.974	-	29.975	-	-
VIARIO	Controlada em conjunto	33,34%	33,34%	20.539	-	23.851	-	20.539	-	23.851	-	-
Sub-total				58.077	258.266	206.909	231.675	58.077	294.462	66.972	324.506	
VIA040	Controlada	100%	100%	-	(1.119.960)	-	(345.907)	-	(270.829)	-	-	(274.828)
GRUPAR	Controlada	80%	80%	(1.291.278)	-	(1.316.176)	-	-	-	-	-	-
LAMBRA	Controlada	100%	100%	-	(84.833)	(81.371)	-	-	25.618	-	-	-
Sub-total				(1.291.278)	(1.204.793)	(1.397.547)	(345.907)	-	(245.211)	-	(274.828)	
Total				(1.233.201)	(946.527)	(1.190.638)	(114.232)	58.077	49.251	66.972	49.678	

(*) O investimento da investida GRU Airport no montante de R\$ 16.279 está avaliado pelo método do valor justo e demonstrado na NE 22 – Instrumentos Financeiros.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação consolidada

Investida	Controle	2023				2024				
		Investimento	Mantido para venda / Op. descontinuada	Participação da Invepar %	Movto. Mantido para venda	Equivalência Patrimonial	Aumento/ Redução de capital	Aquisição	Investimento (*)	Mantido para venda / Op. descontinuada
CRT	Coligada	13.146	-	24,92%	-	(5.583)	-	-	7.563	-
VLT	Valor justo	29.975	-	4,73%	-	-	-	-	29.975	-
VIARIO	Controlada em conjunto	23.851	-	33,34%	-	(3.335)	23	-	20.539	-
LAMBRA	Controlada	-	-	100,00%	25.618	-	-	-	-	25.618
LAMSA	Controlada	-	324.506	100,00%	(30.044)	-	-	-	-	294.462
VIA040	Controlada	-	(274.828)	100,00%	3.999	-	-	-	-	(270.829)
		66.972	49.678		(427)	(8.918)	23	-	58.077	49.251

(*) O investimento da investida GRU *Airport* no montante de R\$ 16.279 está avaliado pelo método do valor justo e demonstrado na NE 22 – Instrumentos Financeiros.

Investida	Controle	2022				2023				
		Investimento	Mantido para venda / Op. descontinuada	Participação da Invepar %	Movto. Mantido para venda	Equivalência Patrimonial	Aumento/ Redução de capital	Impairment	Investimento	Mantido para venda / Op. descontinuada
CRT	Coligada	34.206	-	24,92%	-	(9.339)	(11.416)	(305)	13.146	-
VLT	Valor justo	27.062	-	4,73%	-	2.913	-	-	29.975	-
VIARIO	Controlada em conjunto	33.177	-	33,34%	-	(9.350)	24	-	23.851	-
LAMSA	Controlada	-	351.831	100,00%	(27.325)	-	-	-	-	324.506
PEX	Controlada	-	267	100,00%	(73)	-	(194)	-	-	-
VIA040	Controlada	-	(236.118)	100,00%	(38.710)	-	-	-	-	(274.828)
		94.445	115.980		(66.108)	(15.776)	(11.586)	(305)	66.972	49.678

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação controladora

Investida	Participação da Invepar %	2023						2024	
		Investimento	Aumento e Redução de Capital	Dividendos	Venda CLN	Acionistas	Equivalência patrimonial	Passivo Mantido para Venda	Investimento (*)
Controladas									
CLN	92,92%	139.938	-	-	(151.516)	-	11.578	-	-
Controladas em conjunto									
VIARIO	33,34%	23.851	-	-	-	24	(3.335)	-	20.540
Coligada									
VLT	4,73%	29.974	-	-	-	-	-	-	29.974
CRT	24,92%	13.146	-	-	-	-	(5.583)	-	7.563
Investimentos		206.909	-	-	(151.516)	24	2.660	-	58.077
Controladas - Passivos									
LAMBRA	100,00%	(81.371)	-	-	-	-	-	81.371	-
GRUPAR	80,00%	(1.316.176)	-	-	-	-	24.898	-	(1.291.278)
Provisão para passivo descoberto		(1.397.547)	-	-	-	-	24.898	81.371	(1.291.278)
Ativo mantido para venda									
LAMSA	100,00%	231.675	-	(8.863)	-	-	35.454	-	258.266
		231.675	-	(8.863)	-	-	35.454	-	258.266
Passivo mantido para venda									
LAMBRA	100,00%	-	-	-	-	-	(3.462)	(81.371)	(84.833)
VIA040	100,00%	(345.907)	15.000	-	-	-	(789.053)	-	(1.119.960)
		(345.907)	15.000	-	-	-	(792.515)	(81.371)	(1.204.793)

(*) O investimento da investida GRU Airport no montante de R\$ 16.279 está avaliado pelo método do valor justo e demonstrado na NE 22 – Instrumentos Financeiros.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação controladora

Investida	Participação da Invepar %	2022		Dividendos	Venda CLN	Acionistas	Equivalência patrimonial	Impairment	2023	
		Investimento	Aumento e Redução de Capital						Investimento	Investimento
Controladas										
CLN	92,92%	120.271	-	(4.557)	-	-	24.224	-		139.938
Controladas em conjunto										
VIARIO	33,34%	33.177	-	-	-	24	(9.350)	-		23.851
Coligada										
VLT	4,73%	27.062	-	-	-	-	2.912	-		29.974
CRT	24,92%	34.207	(11.416)	-	-	-	(9.339)	(306)		13.146
Investimentos		214.717	(11.416)	(4.557)	-	24	8.447	(306)		206.909
Controladas - Passivos										
LAMBRA	100,00%	(82.815)	-	-	-	-	1.444	-		(81.371)
GRUPAR	80,00%	(1.246.754)	-	9.844	-	-	(79.266)	-		(1.316.176)
Provisão para passivo descoberto		(1.329.569)	-	9.844	-	-	(77.822)	-		(1.397.547)
Ativo mantido para venda										
PEX	100,00%	267	(194)	-	-	-	(73)	-		-
LAMSA	100,00%	183.308	-	(15.272)	-	-	63.639	-		231.675
		183.575	(194)	(15.272)	-	-	63.566	-		231.675
Passivo mantido para venda										
VIA040	100,00%	(302.661)	55.000	-	-	-	(98.246)	-		(345.907)
		(302.661)	55.000	-	-	-	(98.246)	-		(345.907)

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Informações financeiras resumidas das controladas e coligadas – Consolidado

Investidas	Participação da Invepar %	2024				2023			
		Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
Controladas									
CLN	92,92%	-	-	-	-	184.382	32.324	91.065	26.069
Controlada em conjunto									
VIARIO	33,34%	1.132.301	1.070.695	189.726	(10.004)	1.089.981	1.018.442	186.542	(28.045)
Coligada									
CRT	24,92%	42.130	11.779	-	(7.367)	52.484	14.766	-	(52.509)
Investimentos		1.174.431	1.082.474	189.726	(17.371)	1.326.847	1.065.532	277.607	(54.485)
Controladas									
LAMBRA	100,00%	-	-	-	-	30.433	111.803	-	1.453
GRUPAR	80,00%	15.053.550	18.237.523	3.750.521	43.970	14.796.859	18.024.802	3.218.685	(193.853)
Provisão para passivo descoberto		15.053.550	18.237.523	3.750.521	43.970	14.827.292	18.136.605	3.218.685	(192.400)
Controladas									
LAMSA	100,00%	351.225	92.959	180.041	35.454	373.970	142.294	183.800	63.638
LAMBRA	100,00%	26.934	111.767	-	(3.462)	-	-	-	-
VIA040	100,00%	958.282	2.078.242	317.136	(789.053)	870.273	1.216.180	528.486	(98.246)
Mantido para venda e operação descontinuadas		985.216	2.190.009	317.136	(792.515)	870.273	1.216.180	528.486	(98.246)

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Informações sobre os investimentos da controladora

Participações acionárias vigentes em 31 de dezembro de 2024

(a) CRT

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. ("CRT") - foi constituída em 7 de novembro de 1995, sob a forma de "sociedade anônima", de propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no Contrato de Concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba - Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, com início em 22 de março de 1996.

Em 18 de março de 2021 foi assinado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão estendendo o prazo da concessão por 18 meses, com término em 21 de setembro de 2022. O Processo de Haveres e Deveres foi iniciado atendendo a Resolução da ANTT nº 5.926, de 2 de fevereiro de 2021.

Em 21 de setembro de 2022, às 00:00 hs, o novo concessionário ECORioMinas assumiu a exploração da Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ), anteriormente administrada pela Concessionária Rio Teresópolis S.A. – CRT.

A ANTT, através da Deliberação Nº 248 de 11 de agosto de 2023, aprovou o saldo final de haveres e deveres (valor incontroverso) devido à CRT no montante, atualizado para dezembro/24, de R\$ 444.974.457,00 (quatrocentos e quarenta e quatro milhões e novecentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e cinquenta sete reais).

A CRT continua as tratativas com o Ministério dos Transportes, na esfera administrativa, para definição de forma e prazo de pagamento dos créditos devidos a CRT.

(b) CLN

A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN ("CLN") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia BA-099 - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA. A CLN tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde. Em 14 de maio de 2015 foi assinado o 2º Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a AGERBA e a CLN ampliando o prazo de concessão em 15 anos. Sendo assim o término do Contrato de Concessão passou para 20 de março de 2050.

Em 06 de dezembro de 2023, foi divulgado fato relevante em decorrência da assinatura do acordo de compra e venda "SPA" com a Monte Forte Holding Participações S.A. subsidiária da Monte Rodovias S.A, do total da participação da INVEPAR (92,92%).

Em 27 de maio de 2024, foi concluído a operação de venda, da sua totalidade de participação (92,92%) na Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN"), para a Monte Forte Holding Participações S.A., nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações ("SPA") celebrado em 06 de dezembro de 2023.

(c) LAMBRA

A INVEPAR obteve da extinta VPR Brasil Participações S.A., 100% do capital social da *Línea Amarilla* Brasil Participações S.A. ("LAMBRA"), que por sua vez era detentora de 100% do capital social da *Línea Amarilla* S.A.C. ("LAMSAAC"), uma sociedade com sede no Peru, constituída em 6 de outubro de 2009, com objeto social de construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima, conforme Contrato de Concessão firmado em 12 de novembro de 2009, junto à Municipalidade Metropolitana de Lima, no Peru, tendo a referida concessão um prazo de 30 anos.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu, nos termos dos contratos celebrados em 5 de agosto de 2016, a alienação da totalidade das ações de emissão da LAMSAC e da PEX PERU para a *Vinci Highways S.A.S.* ("VINCI").

(d) VIARIO

A Concessionária VIARIO S.A. é uma sociedade anônima, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas operações em 26 de abril de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A VIARIO tem como objetivo a concessão para implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias de Ligação Transolímpica. O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão.

(e) PEX

A Empresa tinha como objeto social a (i) exploração de serviços acessórios ao setor de transportes e estacionamento, inclusive a administração e intermediação de meio de pagamento de pedágios e estacionamentos; (ii) a realização de cobrança, recebimento, depósito, pagamento e administração de recursos, por conta e ordem dos usuários do serviço; e (iii) aquisição, manutenção, troca, venda, doação, locação e comodato de equipamentos como meio para a realização de suas operações. Em novembro de 2016, suas operações foram descontinuadas e desde a data-base de 31 de março de 2017 a controlada encontrava-se classificada em operações descontinuadas e o resultado de suas operações foi desconsolidado e apresentado na demonstração do resultado como resultado de operação descontinuada.

Em 07 de dezembro de 2023 foi finalizado o processo de Incorporação da PEX na INVEPAR.

(f) VLT

Em 26 de abril de 2013, a Comissão Especial de Licitação da concorrência promovida pelo Município do Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal da Casa Civil, divulgou o resultado do certame relativo à contratação, em regime de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT"), na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos, iniciado a partir da emissão da Ordem de Início.

Em 26 de setembro de 2023, foi celebrado o 8º Termo Aditivo entre a Companhia e a Prefeitura do Rio de Janeiro, com o objetivo e (i) incorporar ao contrato obras adicionais à implantação do Terminal Intermodal Gentileza (TIG), no montante de R\$ 38.282, a ser pago via aporte público, mediante comprovação de marcos contratuais; (ii) implementar a recomposição de equilíbrio econômico-financeiro, no montante de R\$ 25.972, referente a obras já executadas na implantação do TIG, recebido em 7 de novembro de 2023; (iii) reduzir de 60 para 30 dias o prazo de aprovação e pagamento de marcos contratuais sobre as obras de implantação do TIG e (iv) incluir cláusula contratual estabelecendo que, a partir da entrada em operação da TIG e para efeito do cálculo da CAT B (mitigação do risco de demanda devida pelo Poder Concedente), será utilizada a curva de demanda.

Em 20 de dezembro de 2023, foi firmado o 9º Termo Aditivo, que incorporou ao Contrato a Operação TIG, considerando equivalência de custos e receitas para o Terminal, com compartilhamento das receitas alternativas que excederem ao previsto. Além disso, implantação de reequilíbrio econômico-financeiro via CATA para a Extensão VLT, para tal, foi pactuado um novo valor para contraprestação pecuniária fixa de R\$ 8.391 (valor original de R\$ 5.959), o que corresponde a uma parcela complementar de R\$ 2.432 a ser cobrado a partir de abril de 2024, todos esses valores expressos na data base de junho de 2012. Por fim, ficou definida como responsabilidade da PCRJ a obtenção do habite-se e que passivos anteriores a implantação ou operação do Terminal não são de responsabilidade da Companhia.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 13 de dezembro de 2024, a INVEPAR divulgou fato relevante em decorrência da assinatura do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações, Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças "SPA", tendo como objeto, a venda, do total da sua participação (4,73%) na Concessionária do VLT Carioca S.A. e a cessão de direitos creditórios que a Invepar possui em relação ao VLT. O SPA prevê o recebimento, pela Companhia, do valor total de R\$ 67 milhões na data do fechamento, além de parcela adicional no valor de R\$ 30 milhões, devidamente atualizada, sujeita à verificação de determinadas condições previstas.

O fechamento da operação está sujeito ao cumprimento de determinadas obrigações e condições precedentes.

(g) LAMSA

A Linha Amarela S.A. - LAMSA ("LAMSA"), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil, foi constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 40 anos contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010 - Vide informações sobre o processo de encampação da Linha Amarela na Nota explicativa nº. 1.1

Em função do processo de reestruturação da Companhia, que se iniciou em 30 de setembro de 2020, a Companhia passou em 31 de dezembro de 2020, a ser classificada como ativo disponível para venda e o resultado de suas operações está apresentado na demonstração do resultado como resultado de operação descontinuada.

(h) VIA040

Em 31 de janeiro de 2014, através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a Concessionária BR-040 S.A. com sede na cidade de Nova Lima - MG, tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR. Em 12 de março de 2014 foi celebrado o Contrato de Concessão entre a Concessionária BR-040 S.A. ("VIA040") e a União Federal, por intermédio da ANTT, tendo por objeto a contratação, na modalidade de concessão, da recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário BR-040/DF/GO/MG, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, iniciado a partir da data da Assunção. Em 30 de julho de 2015, a VIA040 iniciou a cobrança de pedágio.

Em 07 de agosto de 2019 foi publicado o Decreto nº 9.957/2019, que regulamenta o procedimento de relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviários, ferroviário e aeroportuário. Diante da publicação do referido Decreto, a VIA040, apresentou novo pedido de Relicitação, contendo justificativas pormenorizadas da necessidade de relicitação do empreendimento.

Em 26 de novembro de 2019, a ANTT aprovou o pedido, e, em 10 de janeiro de 2020, o pedido foi recomendado para qualificação pelo Programa de Parceria e Investimentos (PPI), secretaria vinculada à Casa Civil. Em 18 de janeiro de 2020, o Decreto nº 10.248 do Poder Executivo, qualificou o trecho da Rodovia BR-040 para fins de relicitação

Em 14 de julho de 2020, a Diretoria da ANTT aprovou a permissão para celebração de aditivo contratual que direciona a relicitação da VIA040 e em 20 de novembro de 2020, a VIA040 e a ANTT assinaram Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da BR-040/DF/GO/MG, dando continuidade ao processo de relicitação previsto pelo Decreto Federal nº 9.957/2019, no âmbito do PPI. O Termo Aditivo estabelece, dentre outras matérias, as condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoração a serem mantidos pela VIA040 até 18 de fevereiro de 2022.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 20 de novembro de 2020, a VIA040 e a ANTT assinaram Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da BR-040/DF/GO/MG, dando continuidade ao processo de relicitação previsto pelo Decreto Federal nº 9.957/2019, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI.

Em 17 de fevereiro de 2022, a Concessionária BR040 assinou o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Originário pelo prazo de 18 meses a contar de fevereiro de 2022, em que o vencimento da concessão passa a ser até 18 de agosto de 2023. Conforme a cláusula segunda do respectivo Termo Aditivo.

Em 06 de agosto de 2024, a Concessionária divulgou fato relevante acerca do encerramento das operações da Via040 em 05 de agosto de 2024, ficando os trechos: (i) de Belo Horizonte/MG a Juiz de Fora/MG sob responsabilidade da Concessionária EPR Via Mineira; e (ii) de Belo Horizonte/MG a Brasília/DF sob responsabilidade do DNIT.

Em decorrência da extinção antecipada do contrato de concessão, a Concessionária BR040 S.A instaurou procedimento arbitral CCI nº 28966/RLS, conforme nota explicativa 1.1.

(i) **GRUPAR**

Em 6 de fevereiro de 2012, a INVEPAR venceu, em consórcio com a *Airports Company South Africa Soc Limited - ACSA*, o leilão da concessão de serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão foi criada a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU *Airport* da qual o Consórcio INVEPAR - ACSA, através do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - "GRUPAR", possui 51% (sendo 80% da INVEPAR e 20% da ACSA) e 49% são detidos pela INFRAERO, conforme o edital da licitação. Conforme memorando de entendimentos firmado entre INVEPAR e ACSA, a ACSA aumentou sua participação na GRUPAR para 20% de seu capital em outubro de 2015. A concessão terá prazo de 20 anos, podendo ser renovado por mais 5 anos.

9 Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e de suas controladas, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: (i) rodovias (mantidas para venda); (ii) aeroportos; e (iii) *holding*.

Em 2024 a Concessionária GRU *Airport* apresentou receitas provenientes da transação com um único cliente igual a 14,1% de seu faturamento.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e de suas controladas correspondentes a 31 de dezembro de 2024 e 2023, são as seguintes:

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Demonstração do resultado do período em 31 de dezembro de 2024

	2024				
	Aeroportos	Rodovias	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Receita líquida de serviços (**)	3.260.905		-	-	3.260.905
Receita de construção	70.386		-	-	70.386
	3.331.291	-	-	-	3.331.291
Custo de serviços prestados	(1.865.591)		-	-	(1.865.591)
Custo de construção	(70.386)		-	-	(70.386)
Lucro bruto	1.395.314	-	-	-	1.395.314
Despesas gerais e administrativas	(114.600)		(57.062)	-	(171.662)
Equivalência patrimonial	13.371		27.559	(49.848)	(8.918)
Outras receitas (despesas) operacionais	13.363		(41.130)	-	(27.767)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	1.307.448	-	(70.633)	(49.848)	1.186.967
Receitas financeiras	286.619		84.895	-	371.514
Despesas financeiras	(1.606.887)		(137.244)	-	(1.744.131)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(12.820)	-	(122.982)	(49.848)	(185.650)
Imposto de renda e contribuição social	70.162	-	-	-	70.162
Corrente	(38.203)		-	-	(38.203)
Diferido	108.365		-	-	108.365
Lucro/Prejuízo do período das operações continuadas	57.342	-	(122.982)	(49.848)	(115.488)
Prejuízo de operações descontinuadas	-		(757.061)	-	(757.061)
Resultado do período após ativos mantidos para venda e descontinuado	57.342	-	(880.043)	(49.848)	(872.549)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	-	7.494
Atribuível aos acionistas controladores	57.342	-	(880.043)	-	(880.043)
<u>Informações complementares:</u>					
Depreciação e amortização	(1.116.723)	-	(5.400)	-	(1.122.123)
Adição ao imobilizado	110	-	-	-	110
Adição ao intangível	187.239	-	-	-	187.239

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das demonstrações contábeis.

(**) Em 2024 a controlada GRU *Airport* apresentou receitas provenientes da transação com um único cliente igual a 14,1% de seu faturamento.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Balço patrimonial em 31 dezembro de 2024

	Aeroportos	Rodovias	Holding	Operação descontinuada	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	3.001.949		181.609	-	(36.726)	3.146.832
Ativos classificados como operações descontinuadas	-		258.266	120.183	-	378.449
Ativo não circulante	12.051.601		1.239.514	-	(959.580)	12.331.535
Total do ativo	15.053.550	-	1.679.389	120.183	(996.306)	15.856.816
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	2.988.292		10.269	-	(527)	2.998.034
Passivos classificados como operações descontinuadas	-		1.204.793	(875.595)	-	329.198
Passivo não circulante	15.249.231		2.777.630	995.778	(2.287.057)	16.735.582
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(3.183.973)		(2.313.303)	-	1.291.278	(4.205.998)
Total do passivo e patrimônio líquido	15.053.550	-	1.679.389	120.183	(996.306)	15.856.816

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Demonstração do resultado do período em 31 de dezembro de 2023

	2023				
	Aeroportos	Rodovias	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Receita líquida de serviços (**)	2.808.682	83.451	-	-	2.892.133
Receita de construção	38.920	-	-	-	38.920
	2.847.602	83.451	-	-	2.931.053
Custo de serviços prestados	(1.678.655)	(47.970)	-	-	(1.726.625)
Custo de construção	(38.920)	-	-	-	(38.920)
Lucro bruto	1.130.027	35.481	-	-	1.165.508
Despesas gerais e administrativas	(142.907)	(9.278)	(41.234)	-	(193.419)
Equivalência patrimonial	-	-	(69.375)	53.599	(15.776)
Outras receitas (despesas) operacionais	124.541	3	(27.442)	-	97.102
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	1.111.661	26.206	(138.051)	53.599	1.053.415
Receitas financeiras	342.846	8.633	126.233	-	477.712
Despesas financeiras	(1.737.039)	(1.486)	(117.835)	-	(1.856.360)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(282.532)	33.353	(129.653)	53.599	(325.233)
Imposto de renda e contribuição social	88.680	(5.832)	-	-	82.848
Corrente	(3.477)	(4.698)	-	-	(8.175)
Diferido	92.157	(1.134)	-	-	91.023
Lucro/Prejuízo do período das operações continuadas	(193.852)	27.521	(129.653)	53.599	(242.385)
Prejuízo de operações descontinuadas	-	-	(34.680)	-	(34.680)
Resultado do período após ativos mantidos para venda e descontinuado	(193.852)	27.521	(164.333)	53.599	(277.065)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	-	(112.732)
Atribuível aos acionistas controladores	(193.852)	27.521	(164.333)	-	(164.333)
<u>Informações complementares:</u>					
Depreciação e amortização	(1.021.077)	(6.492)	(6.969)	-	(1.034.538)
Adição ao imobilizado	-	444	10	-	454
Adição ao intangível	274.181	1.537	-	-	275.718

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das demonstrações contábeis.

(**) Em 2023 a controlada GRU *Airport* apresentou receitas provenientes da transação com um único cliente de igual a 14,8% seu faturamento.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023

	Aeroportos	Rodovias	Holding	Operação descontinuada	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo circulante	1.870.826	85.676	410.672	-	(92.306)	2.274.868
Ativos classificados como operações descontinuadas	-	-	231.675	985.115	-	1.216.790
Ativo não circulante	13.309.036	132.000	586.695	-	(723.602)	13.304.129
Total do ativo	15.179.862	217.676	1.229.042	985.115	(815.908)	16.795.787
	Aeroportos	Rodovias	Holding	Operação descontinuada	Eliminações (*)	Consolidado
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	2.711.446	27.425	(128.890)	-	331.161	2.941.142
Passivos classificados como operações descontinuadas	-	-	345.907	821.205	-	1.167.112
Passivo não circulante	17.342.877	119.565	2.445.285	163.910	(4.051.197)	16.020.440
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(4.874.461)	70.686	(1.433.260)	-	2.904.128	(3.332.907)
Total do passivo e patrimônio líquido	15.179.862	217.676	1.229.042	985.115	(815.908)	16.795.787

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das demonstrações contábeis.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

10 Imobilizado (Consolidado)

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	2023	Adições	Baixas	Transferências (*) Venda CLN	2024
Custo						
Instalações		1.973	-	-	(537)	1.436
Máquinas e equipamentos		5.017	-	(109)	(2.670)	2.238
Móveis e utensílios		2.678	-	(142)	(541)	1.995
Veículos		5.364	-	(38)	(3.489)	1.837
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		14.483	-	-	(9.460)	5.023
Equipamentos de informática		11.338	-	(926)	50 (1.762)	8.700
Imobilizado em andamento		-	110	(60)	(50) -	-
Outros		15	-	-	(15)	-
		40.868	110	(1.275)	- (18.474)	21.229
Depreciação acumulada						
Instalações	10%	(1.153)	(143)	54	- 142	(1.100)
Máquinas e equipamentos	10%	(2.878)	(118)	95	- 1.251	(1.650)
Móveis e utensílios	10%	(2.146)	(98)	122	- 305	(1.817)
Veículos	20%	(4.301)	(100)	38	- 2.129	(2.234)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	10%	(6.441)	(352)	-	- 2.541	(4.252)
Equipamentos de informática	20%	(10.168)	(467)	926	- 1.279	(8.430)
Outros		(15)	-	-	- 15	-
		(27.102)	(1.278)	1.235	- 7.662	(19.483)
Total		13.766	(1.168)	(40)	- (10.812)	1.746

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment")

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

(*) Em 31 de dezembro de 2024, não houve transferências do intangível para o imobilizado referente aos projetos classificados no intangível em andamento.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	2022	Adições	Baixas	Transferências (*)	2023
Custo						
Instalações		1.973	-	-	-	1.973
Máquinas e equipamentos		5.295	105	(455)	72	5.017
Móveis e utensílios		3.123	59	(504)	-	2.678
Veículos		5.299	70	(518)	513	5.364
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		14.483	-	-	-	14.483
Equipamentos de informática		15.249	110	(4.044)	23	11.338
Imobilizado em andamento		23	110	-	(133)	-
Outros		15	-	-	-	15
		45.460	454	(5.521)	475	40.868
Depreciação acumulada						
Instalações	10%	(960)	(193)	-	-	(1.153)
Máquinas e equipamentos	10%	(2.932)	(392)	446	-	(2.878)
Móveis e utensílios	10%	(2.225)	(246)	325	-	(2.146)
Veículos	20%	(4.250)	(569)	518	-	(4.301)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	10%	(5.165)	(1.276)	-	-	(6.441)
Equipamentos de informática	20%	(12.597)	(1.410)	3.839	-	(10.168)
Outros		(15)	-	-	-	(15)
		(28.144)	(4.086)	5.128	-	(27.102)
Imobilizado		17.316	(3.632)	(393)	475	13.766

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Redução ao valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(*) Em 31 de dezembro de 2023, houve transferências do intangível para o imobilizado referente aos projetos classificados no intangível em andamento.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

11 Intangível (Consolidado)

	Taxas anuais de amortização %	2023	Adições	Baixas	Transferências (*)	Venda CLN	2024
Custo							
Software		62.253	-	-	2.157	(1.807)	62.603
Direito de concessão - investimento CLN		166.533	-	-	-	(166.533)	-
Direito de concessão - investimento GRU		15.266.888	110.757	-	-	-	15.377.645
Investimento para concessão		4.475.749	5.785	(7.957)	68.228	(382)	4.541.423
Andamento		321.754	70.697	-	(70.385)	-	322.066
		20.293.177	187.239	(7.957)	-	(168.722)	20.303.737
Amortização							
Software	20%	(53.203)	(5.956)	-	-	1.493	(57.666)
Direito de concessão - investimento CLN (a)	(a)	(55.694)	-	-	-	55.694	-
Direito de concessão - investimento GRU (b)	(b)	(6.604.704)	(837.229)	-	-	-	(7.441.933)
Investimento para concessão	(c)	(2.069.552)	(277.660)	3.974	-	-	(2.343.238)
		(8.783.153)	(1.120.845)	3.974	-	57.187	(9.842.837)
Total **		11.510.024	(933.606)	(3.983)	-	(111.535)	10.460.900

** No total do intangível o montante de R\$ 10.459.214 corresponde a controlada indireta GRU *Airport*.

(a) A amortização do direito de concessão CLN é linear de acordo com o prazo restante para o final da concessão (20 de março de 2050), conforme contrato de utilização de bem público firmado entre a Companhia e o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (DERBA) e Aditivos de Reequilíbrio firmados em 27 de abril de 2005 e 14 de maio de 2015 (ver Nota explicativa nº 1).

(b) O cálculo da amortização é efetuado de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

(c) O incremento no saldo em andamento refere-se ao projeto *People Mover*.

(*) Em 31 de dezembro de 2024, não houve transferências do intangível para o imobilizado referente aos projetos classificados no intangível em andamento.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Taxas anuais de amortização %	2022	Adições	Baixas	Transferências	2023
Custo						
Software		61.866	-	-	387	62.253
Direito de concessão - investimento CLN		165.008	-	(18)	1.543	166.533
Direito de concessão - investimento GRU		15.161.720	105.168	-	-	15.266.888
Investimento para concessão		4.419.593	19.829	(187)	36.514	4.475.749
Andamento		209.952	150.721	-	(38.919)	321.754
		20.018.139	275.718	(205)	(475)	20.293.177
Amortização						
Software	20	(46.601)	(6.602)	-	-	(53.203)
Direito de concessão - investimento CLN (a)	(a)	(51.295)	(4.409)	10	-	(55.694)
Direito de concessão - investimento GRU (a)	(b)	(5.853.039)	(751.665)	-	-	(6.604.704)
Investimento para concessão	(b)	(1.801.857)	(267.776)	81	-	(2.069.552)
		(7.752.792)	(1.030.452)	91	-	(8.783.153)
Intangível		12.265.347	(754.734)	(114)	(475)	11.510.024

No total do intangível o montante de R\$ 10.459.214 corresponde a controlada indireta GRU *Airport* em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 11.392.214 em 31 de dezembro de 2023).

- (a) A amortização do direito de concessão CLN é linear de acordo com o prazo restante para o final da concessão (20 de março de 2050), conforme contrato de utilização de bem público firmado entre a Companhia e o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (DERBA) e Aditivos de Reequilíbrio firmados em 27 de abril de 2005 e 14 de maio de 2015 (ver Nota explicativa nº 1).
- (b) O cálculo da amortização é efetuado de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).
- (c) O incremento no saldo em andamento refere-se ao projeto *People Mover*.
- (*) Em 31 de dezembro de 2023, houve transferências do intangível para o imobilizado referente aos projetos classificados no intangível em andamento.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

O grupo INVEPAR tem realizado ampliações e melhorias nas concessões em que opera. Tendo em vista que tais obras foram financiadas com capital de terceiros, a Companhia efetuou a capitalização dos juros referentes aos montantes que foram usados nas obras, obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. No período de 31 de dezembro de 2024, não houve capitalização (R\$ 13.112 em 31 de dezembro de 2023).

Segundo orientações contidas na OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., e terá a sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente à finalização de cada fase.

As adições no exercício referem-se, em sua maioria, às obras em andamento e capitalização da atualização monetária da outorga fixa de R\$ 110.757.

O saldo apresentado em andamento refere-se principalmente ao projeto APM, da elaboração do projeto, construção, operação e manutenção do sistema de conexão rápida, no formato *people mover*, entre a estação Aeroporto, linha 13 – Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP. O projeto denominado APM – *Automated People Mover* (AeroGRU) terá o investimento relativo à elaboração do projeto e construção em seu valor original de R\$ 376.058, porém atualizado pelo índice INCC-DI apurado de dezembro de 2019 a fevereiro de 2022 correspondente ao total de R\$ 470.971.

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Redução ao valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar se há necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos.

Não foram identificados indicativos de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foram considerados: (i) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período atual até o momento da devolução da concessão; (ii) valor da indenização referente à adesão ao processo de relicitação no valor total dos ativos imobilizados e intangível não amortizados, descontado do excedente tarifário e multas administrativas; (iii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (iv) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*weighted average cost of capital* - WACC) para descontar o fluxo operacional da Concessionária até a devolução; (v) taxa de desconto livre de risco equivalente à NTN-B-2024 para descontar o fluxo de caixa referente ao recebimento da indenização.

As premissas adotadas nas projeções utilizadas para o teste são as mais adequadas para a presente data e que estão baseadas em lei federal (lei das concessões). As regras para mensuração do valor de indenização serão objeto de normativa própria para o evento ainda não publicada / divulgada pela autarquia responsável (ANTT). Adicionalmente, quando da publicidade da normativa que regulamentará o cálculo da indenização, a Companhia irá reavaliar as premissas e projeções para o cálculo do *impairment*.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

No que diz respeito à GRU *Airport*, a Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2025 e 23 de novembro de 2033 (previsão de término do Contrato de Concessão).

Prazo de amortização

A amortização do intangível referente às concessões é linear, exceto GRU *Airport* que é amortizada pela curva estimada de passageiros, de acordo com o número de dias restantes para o final do período de cada concessão. O valor é registrado na conta de custo de amortização da concessão no custo operacional e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores nacionais	3.044	3.104	87.426	112.947
Fornecedores internacionais	932	-	2.421	261
Total	3.976	3.104	89.847	113.208

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures (Consolidado)

Empresas	Tipo / Credor	Moeda	Vencimento	Indexador	Encargos	Garantia	Total		2024	2023
							Total circulante	Total não circulante	TOTAL	TOTAL
GRU AIRPORT	Finem Repasse direto	Real	dez/27	TJLP	2,88% e 3,40%	(a)	420.550	947.677	1.368.227	1.736.160
GRU AIRPORT	Arrendamentos	Real	ago/25	CDI	7,71%	(a)	2.392	-	2.392	4.921
GRU AIRPORT	Debêntures	Real	dez/25 e out/26	IPCA	6,40% e 7,86%	(a)	303.553	183.107	486.660	545.704
GRU AIRPORT	(-) Custo de captação	Real	dez/25 e out/26	-	-	-	(959)	-	(959)	(1.921)
INVEPAR	Empréstimos	Real	out/27	CDI	1,00%	(a)	-	814.128	814.128	-
INVEPAR	Debêntures	Real	ago/26	IPCA	6,50%	(a)	2.759	647.988	650.747	886.018
							728.295	2.592.900	3.321.195	3.170.882

(a) Garantia de projeto: Penhor de ações e/ou Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios, e/ou Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes, Alienação Fiduciária de Ativos Financeiros e/ou Conta Reserva. Para caso de execução de garantia de ações de uma Companhia, deverá ser observado o pacto comissório do Código Civil. Ou seja, após a execução da garantia e a transferência da propriedade das ações garantidas ao credor, as mesmas deverão ser vendidas a terceiros, de maneira pública ou privada, sendo vedada a venda por preço vil. Logo, havendo recursos suficientes para pagar a dívida com a venda das ações a terceiros, o sobejo retornaria para a Companhia. No entanto, caso a venda das ações não seja suficiente para quitar a dívida, a Companhia continuaria sendo devedora.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

			2024
	Total circulante	Total não circulante	TOTAL
Empréstimos	422.942	1.761.805	2.184.747
Debêntures	305.353	831.095	1.136.448
	728.295	2.592.900	3.321.195
			2023
	Total circulante	Total não circulante	TOTAL
Empréstimos	386.297	1.354.784	1.741.081
Debêntures	356.514	1.073.287	1.429.801
	742.811	2.428.071	3.170.882

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Empresas	2023	Desconto	Pagamento		Provisão juros	Assunção Dívida (*)	Custo de captação incorrido	Variação Monetária	2024
			Principal	Juros					
GRU	2.284.864	-	(465.146)	(175.137)	210.778	-	961	-	1.856.320
INVEPAR	886.018	(3.171)	(270.603)	(33.981)	79.765	778.052	42	28.753	1.464.875
Total dívida	3.170.882	(3.171)	(735.749)	(209.118)	290.543	778.052	1.003	28.753	3.321.195

(*) Em decorrência da extinção antecipada do contrato de Concessão da Concessionária BR-040 S.A em 06 de agosto de 2024, o saldo contabilizado em empréstimos e financiamentos foi transferido para a INVEPAR, conforme previsto no 8º e 9º Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fianças – CPG.

Empresas	2022	Desconto	Pagamento		Provisão juros	Juros capitalizados	Custo de captação incorrido	Variação Monetária	2023
			Principal	Juros					
GRU	2.680.461	-	(441.133)	(210.215)	241.524	13.212	1.015	-	2.284.864
CLN	12.083	-	(11.741)	(598)	238	-	18	-	-
INVEPAR	987.353	(11.058)	(183.043)	(18.509)	67.560	-	57	43.658	886.018
Total dívida	3.679.897	(11.058)	(635.917)	(229.322)	309.322	13.212	1.090	43.658	3.170.882
Aplicações financeiras	(2.959)								-
Dívida líquida	3.676.938								3.170.882

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

INVEPAR

Em 08 de novembro de 2021 foi assinado a transferência e atualização de custódia da 3ª emissão realizada em 15 de outubro de 2015, em que foi atualizada para a quantidade de 9.946 (nove mil, novecentos e quarenta e seis), totalizando R\$ 232.890, pelo PU 23.415,41757 em 31 de dezembro de 2023. A divisão entre os titulares dos debenturistas atualizada ficou da seguinte forma:

Titular	Quantidade	%	Valor (milhares)
Mubadala	4.974	50,01%	76.536
Previ	2.486	24,99%	38.253
Petros	2.486	24,99%	38.253
Total	9.946	100%	153.042

Em 08 de novembro de 2021 foi assinado a transferência e atualização de custódia da 5ª emissão realizada em 27 de fevereiro de 2019, em que foi atualizada para a quantidade de 43.429 (quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e nove), totalizando R\$ 754.569, pela PU 17.374,76957 em 31 de dezembro de 2023. A divisão entre os titulares dos debenturistas atualizada ficou da seguinte forma:

Titular	Quantidade	%	Valor (milhares)
Mubadala	22.576	51,98%	258.725
Funcef	10.849	24,98%	124.331
Previ	10.004	23,04%	114.648
Total	43.429	100%	497.704

Essa atualização e transferência de contrato com a Mubadala Capital, ocorreu em função da venda dos investimentos dos Metrô Rio e Barra, em que foram liquidadas debêntures no total de R\$ 1.867.967 entre principal e juros (Nota 1.2 e 8), da 3ª e 5ª emissões. Desta forma, o valor foi reduzido.

Em 20 de outubro de 2023, foi assinado o Segundo Aditamento do Acordo de Reestruturação ditando os novos termos para quitação parcial do saldo em aberto das debêntures.

Tivemos o pagamento de R\$ 313.873 sendo R\$ 269.848 do principal e R\$ 44.025 de juros em 2024.

Debêntures**Rating**

Em 24 de janeiro de 2023, a agência S&P revisou os *ratings* da Companhia, passando de 'CCC+' para 'CCC' na Escala Global e de 'brBB' para 'brB' na Escala Nacional. Também foram rebaixados os *ratings* da 3ª e 5ª emissões de debêntures da INVEPAR (Debêntures), passando de 'brB+' para 'brCCC', com perspectiva negativa.

Em 30 de maio de 2023, a agência S&P revisou os *ratings* da Companhia, passando de 'CCC' para 'CCC-' na Escala Global e de 'brB' para 'brCCC' na Escala Nacional Brasil. Também foram rebaixados os *ratings* da 3ª e 5ª emissões de debêntures da INVEPAR ("Debêntures"), passando de 'brCCC para 'brC'.

Em 25 de outubro de 2023, a agência S&P revisou os *ratings* da Companhia, passando de 'CCC' para 'brCCC' na Escala Global e de 'brCCC' para 'D' na Escala Nacional Brasil. Também foram rebaixados os *ratings* da 3ª e 5ª emissões de debêntures da INVEPAR ("Debêntures"), passando de 'brC' para 'D'.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 01 de novembro de 2023, a agência de classificação de riscos S&P Global *Ratings* revisou os *ratings* da Companhia, passando de 'D' para 'CCC+' na Escala Global e de 'D' para 'brBB-' na Escala Nacional Brasil. Também foram elevados os *ratings* da 3ª e 5ª emissões de debêntures da INVEPAR ("Debêntures"), passando de 'D' para 'brB', respectivamente, com perspectiva negativa.

Em 01 de novembro de 2024, a INVEPAR divulgou fato relevante informando ao mercado que a agência de classificação de riscos S&P Global *Ratings* revisou os *ratings* da Companhia, passando de 'CCC+' para 'CCC' na Escala Global e de 'brBB-' para 'brB-' na Escala Nacional Brasil. Também foram rebaixados os *ratings* da 3ª e 5ª emissões de debêntures da Invepar ("Debêntures"), passando de 'brB' para 'brCCC', respectivamente, com perspectiva negativa.

Hipóteses de Vencimento Antecipado

- Os contratos de financiamento nas empresas INVEPAR e *GRU Airport* (Partes Relacionadas) possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento nas empresas INVEPAR e *GRU Airport* (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR e *GRU Airport* (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

A quebra dessas, ou outras obrigações dos contratos de financiamento, pode ocasionar o vencimento antecipado da dívida e acionamento de cláusulas de *cross default* com efeito na Companhia.

Nos termos dos contratos de dívida, empréstimo, financiamento, e emissões de valores mobiliários, a Companhia e sociedades controladas estão sujeitas ao cumprimento de obrigações específicas. O descumprimento de tais obrigações sem a anuência dos respectivos credores poderá resultar na declaração do vencimento antecipado de tais contratos e na execução das garantias constituídas em relação aos mesmos. A declaração do vencimento antecipado de dívidas também poderá resultar no vencimento antecipado de dívidas assumidas no âmbito de outros contratos financeiros (*cross default* e *cross acceleration*).

A cláusula de *cross default* prevista no contrato celebrado pela Companhia é padrão de mercado.

GRU Airport

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. No período findo em 31 de dezembro de 2024, não houve capitalização (R\$ 13.212 em 31 de dezembro de 2023).

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

Vencimento

2026	453.359
2027	494.318
	<u>947.677</u>

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Direto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no valor de R\$ 2,4 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 435.000, (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 487.000, e (iv) “subcrédito C” no valor de R\$ 17.300. Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Indireto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, todos os bancos, cada qual, com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 643.000; (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 187.000; e (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 209.000. Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante a demanda.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os Contratos de Financiamento de Longo Prazo relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aos bancos repassadores e às debêntures de 1ª emissão e de 2ª emissão, representados pelo agente fiduciário possuem as seguintes garantias e cláusulas restritivas:

- Os financiamentos são garantidos através do: (i) penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão através do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, de administração de contras e outras avenças; e (ii) penhor de ações dos acionistas, com o contrato e penhor de ações e outras avenças do Aeroporto de Guarulhos Participações (GRUPAR) e contrato de penhor de ações e outras avenças da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO);
- A Concessionária possui o contrato de suporte de acionistas e outras avenças (*ESA - Equity Support Agreement*) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando as contribuições fixa e variável; e
- Os contratos de financiamento de longo prazo possuem obrigações financeiras, *covenants*, que obrigatoriamente deverão ser apresentados após a conclusão de todas as obras financiadas, e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio acima do mínimo obrigatório.

Arrendamentos

Em 11 de fevereiro de 2019, a Concessionária firmou contrato de arrendamento com o Banco Daycoval para o projeto de modernização dos equipamentos e sistemas de estacionamento do sítio aeroportuário.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 28 de agosto de 2020, foi assinado o TRA - Termo de recebimento e aceitação do arrendamento celebrado junto ao Banco Daycoval. O montante foi classificado no intangível na rubrica de investimentos para concessão.

Debêntures

1ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 476, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a., correspondente à 1ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, a partir da data de emissão até a data de pagamento dos juros das debêntures, sendo que a 1ª série terá o seu pagamento em 15 de março, a 2ª série em 15 de junho, a 3ª série em 15 de setembro e a 4ª série em 15 de dezembro, até a amortização do principal que será em 09 parcelas anuais, iniciando em 15 de março de 2017 e terminando em 15 de dezembro de 2025, conforme vencimentos descritos a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>1ª série</u>	<u>2ª série</u>	<u>3ª série</u>	<u>4ª série</u>
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

2ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das notas promissórias emitidas em 07 de maio de 2014.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023****(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente à 2ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>Série única</u>
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

CLN**Empréstimos e financiamentos**

Em 2014, foi captado o montante de R\$ 35.611 junto ao BNB - FNE - PROINFRA II com vencimento em 30 de dezembro de 2024. Sobre o seu principal incidem juros de 4,12% a.a. com bônus de adimplência de 15% que durante o período de carência fixado em 36 meses são pagos trimestralmente, no dia 30 de cada mês. Após este período o pagamento de juros ocorre mensalmente junto com as parcelas de principal.

Em 06 de novembro de 2023 o saldo remanescente do empréstimo foi quitado.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

14 Concessão de serviço público

	2023	Adições	Atualização (a)		Transf.	Compensação	Pagamento (b)	2024
			resultado	intangível				
Outorga variável	319.587	371.033	-	-	-	-	(319.587)	371.033
Outorga fixa	1.588.096	-	148.225	11.943	749.958	7.627	(840.367)	1.665.482
(-) Reequilíbrio	5.464	192	1.971	-	(18.785)	(7.627)	-	(18.785)
Circulante	1.913.147	371.225	150.196	11.943	731.173	-	(1.159.954)	2.017.730
Outorga fixa	13.204.463	-	1.226.370	98.814	(749.958)	-	-	13.779.689
(-) Reequilíbrio	(84.390)	-	(8.441)	-	18.785	-	-	(74.046)
Não Circulante	13.120.073	-	1.217.929	98.814	(731.173)	-	-	13.705.643
Total	15.033.220	371.225	1.368.125	110.757	-	-	(1.159.954)	15.723.373

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização de saldo pelo IPCA.

(b) O montante de R\$ 840.367 pago em 2024 correspondente a Outorga Fixa contempla a repactuação de 50% prevista no 11º Termo aditivo.

	2022	Adições	Atualização (a)		Transf.	Compensação	Pagamentos	2023
			resultado	intangível				
Outorga variável	266.343	319.587	-	-	-	(266.343)	-	319.587
Outorga fixa	2.067.927	-	158.119	11.291	953.072	(112.438)	(1.489.875)	1.588.096
(-) Reequilíbrio	(16.683)	(35.800)	(51.141)	-	(269.693)	378.781	-	5.464
Circulante	2.317.587	283.787	106.978	11.291	683.379	-	(1.489.875)	1.913.147
Outorga fixa	12.497.112	-	1.314.703	93.877	(701.229)	-	-	13.204.463
(-) Reequilíbrio	(94.506)	-	(7.734)	-	17.850	-	-	(84.390)
Não Circulante	12.402.606	-	1.306.969	93.877	(683.379)	-	-	13.120.073
Total	14.720.193	283.787	1.413.947	105.168	-	-	(1.489.875)	15.033.220

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização de saldo pelo IPCA.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) **GRU Airport**

Outorga fixa

Pela assinatura do Contrato de Concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme a Orientação Técnica OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrem no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva em maio de cada ano. Os pagamentos são reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Repactuação da outorga fixa

Repactuação – Termo aditivo nº 006/2020

As alterações promovidas pela Lei nº 14.034 de 5 de agosto de 2020, preveem nos artigos 1º e 2º a postergação dos pagamentos das outorgas para 18 de dezembro, em virtude dos impactos causados pela pandemia da COVID-19. Mediante estas alterações, a Concessionária em 17 de dezembro de 2020, assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, contemplando a reprogramação do pagamento da Outorga Fixa, da seguinte forma:

- Pagamento da contribuição fixa de 2020 em duas parcelas, com 50% vencendo em 18 de dezembro de 2020, e os outros 50% a serem pagos junto com as outorgas fixas dos anos de 2029, 2030 e 2031; e
- Postergação dos vencimentos das outorgas de 2021, 2022, 2023 e 2024 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano.

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 18 de dezembro de 2020.

Repactuação - Termo aditivo nº 010/2023

Em 04 de agosto de 2023, a Concessionária assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) o 10º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos que reprogramou os pagamentos das outorgas fixas, da seguinte forma:

- Pagamento do saldo residual de 50% da contribuição fixa de 2021 junto com as parcelas de 2027, 2028 e 2029;
- Postergação dos vencimentos das outorgas de 2025, 2026 e 2027 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano e
- Alteração no fluxo de pagamento das contribuições fixas de 2021 e 2022

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 04 de agosto de 2023.

Repactuação - Termo aditivo nº 011/2024

Em 13 de novembro de 2024, a Concessionária assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) o 11º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos que prevê a prorrogação da vigência do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos por mais 16 meses, em contrapartida à realização de R\$ 1,4 bilhão em investimentos, dentre outras disposições.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 19 de dezembro de 2024.

Outorga variável

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%. Em maio de 2024, a Concessionária pagou o montante correspondente a R\$ 319.587, referente a parcela da outorga variável de 2023.

Reequilíbrio econômico-financeiro – Cargas importadas em trânsito

(Decisão nº 191 da ANAC de 22 de dezembro de 2016)

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à Infraero no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada. Entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou 1ª Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela a seguir.

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores estabelecidos na tabela, serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e, eventuais diferenças relativas às estimativas dos anos anteriores, deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA-IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes.

Em 17 de agosto de 2021, mediante revisão extraordinária da Decisão 191 da ANAC, foi analisado detidamente as informações e os impactos da tributação sobre o valor dessa recomposição contratual, concluindo que o reequilíbrio devido até o final da concessão aumentou em R\$ 56.738 passando o saldo remanescente a ser de R\$ 145.806, a valores de março de 2021.

Reequilíbrio econômico-financeiro – Novas exigências para alfandegamento

(Decisão nº 138 da ANAC de 04 de agosto de 2020)

Em 07 de março de 2019, a Concessionária interpôs o pedido de revisão extraordinária do Contrato de Concessão relativo ao evento “Novas exigências para alfandegamento”. A Concessionária sustenta que em razão de alteração da regulamentação da Receita Federal do Brasil - RFB, materializada pela Portaria nº 1001, de 6 de maio de 2014, teria sido obrigada a arcar com os custos decorrentes de contratação de pessoal habilitado para a operação dos equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres) nas áreas de alfandegamento, despesas as quais eram anteriormente suportadas pela própria RFB.

Em 04 de agosto de 2020, conforme Decisão nº 138, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

A parcela da contribuição fixa devida em 2020 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado entre 2014 e 2020, correspondente a R\$ 10.082 a valores de agosto de 2014. Os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual devida em 2020, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes.

Desde 2021, a parcela deduzida da contribuição fixa em cada ano corresponde aos valores indicados na tabela contida no anexo desta Decisão para o mesmo ano, os quais também deverão ser atualizados considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela referida Resolução nº 355, de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes, conforme tabela abaixo.

Ano	Valor a ser deduzido
2014	1.040
2015	2.026
2016	1.675
2017	1.630
2018	1.354
2019	1.223
2020	1.134
2021	1.061
2022	994
2023	930

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPARNOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2024	871
2025	816
2026	764
2027	714
2028	669
2029	627
2030	587
2031	549
2032	304
Total	18.968

Reequilíbrio econômico-financeiro – COVID-19

Em razão dos prejuízos causados pela pandemia da COVID-19, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão.

(Decisão nº 563 da ANAC de 04 de novembro de 2022)

O valor do desequilíbrio verificado em 2022, corresponde ao montante de R\$ 304.218, a valores de 18 de dezembro de 2022, concedido com base em valores realizados dos meses janeiro a setembro de 2022 e projetados dos meses de outubro a dezembro de 2022. Em 16 de agosto de 2023 em continuidade à revisão do montante em que trata a Decisão, concluiu-se após a análise do Fluxo de Caixa Operacional Pós-COVID-19, atualizado pelo valor realizado para os meses de outubro a dezembro de 2022 o montante de R\$ 313.594.

Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou: (i) a parcela da outorga fixa a pagar de 2022 com vencimento em 18 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 37.497; (ii) o montante de R\$ 266.343 referente a outorga variável de 2022, com vencimento em 15 de maio de 2023 e (iii) R\$ 29.363 compensado na parcela da outorga fixa com vencimento em 18 de dezembro de 2023.

(Decisão nº 642 da ANAC de 07 de dezembro de 2023)

O valor do desequilíbrio verificado em 2023, corresponde ao montante de R\$ 44.395, a valores de 18 de dezembro de 2023, o montante foi compensado com a parcela da outorga fixa a pagar de 2023 com vencimento em 18 de dezembro de 2023. Em agosto de 2024, após a revisão e aprovação do fluxo de caixa marginal pela agência, conclui-se que a Concessionária deve devolver o montante de R\$ 23.505 para a data-base de dezembro de 2023. O montante foi atualizado e pago junto a parcela da outorga fixa em 18 de dezembro de 2024.

Reequilíbrio econômico-financeiro – Automated People Mover

(Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de 18 de fevereiro de 2022)

Em 18 de fevereiro de 2022 passou a vigorar o 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em cumprimento à decisão ministerial proferida no Ofício nº 271/2020/GM/Minfra, para: (i) incluir investimento no Contrato de Concessão para elaboração de projeto, construção operação e manutenção do sistema de conexão rápida, no formato *people mover*, entre a estação Aeroporto, linha 13 – Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP; e (ii) promover, em razão de tal inclusão, a respectiva Revisão Extraordinária com vistas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato com a compensação da arrecadação da Contribuição Mensal.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

O projeto denominado APM – *Automated People Mover* terá o investimento relativos à elaboração do projeto e construção em seu valor original de R\$ 376.058, porém atualizado pelo índice INCC-DI apurado de dezembro de 2019 a fevereiro de 2022 correspondente ao total de R\$ 470.971.

(Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, de 16 de dezembro de 2022)

Em 16 de dezembro de 2022 passou a vigorar o 9º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com vistas a: (i) destinar o valor residual do reequilíbrio econômico-financeiro relativo à elaboração do projeto e construção do APM após a extinção da contribuição mensal trazida pela Lei nº 14.368, de 14 de junho de 2022, o montante de R\$ 49.273 compensado com a contribuição fixa de 2022; e (ii) incluir no montante a ser reequilibrado após o início da operação do APM, o valor de R\$ 1.242 ao mês, atualizado a partir de dezembro de 2020 pelo IPCA, para ser compensado da contribuição fixa.

15 Provisão para riscos processuais

O grupo INVEPAR é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir os desembolsos estimados com as ações em curso, como segue:

						Consolidado
Natureza do risco	2023	Constituição	Reversões	Atualização monetária	Venda CLN	2024
Trabalhistas	30.083	2.509	(8.684)	241	(2.990)	21.159
Cíveis	9.712	961	(483)	843	(2.709)	8.324
Tributários	14	23.267	-	-	(3)	23.278
Outros	707	974	(1.507)	194	-	368
Total	40.516	27.711	(10.674)	1.278	(5.702)	53.129

						Consolidado
Natureza do risco	2022	Constituição	Reversões	Atualização monetária		2023
Trabalhistas	32.033	16.512	(17.575)	(887)		30.083
Cíveis	12.748	1.762	(4.079)	(719)		9.712
Tributários	38	15	(41)	2		14
Outros	3.212	968	(4.166)	693		707
Total	48.031	19.257	(25.861)	(911)		40.516

Riscos possíveis

A Companhia e suas controladas são rés em processos de natureza cível, trabalhista e tributário, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Amparada na opinião de seus consultores jurídicos, não foi efetuada provisão para contingências com esta avaliação.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais com probabilidade de desembolso futuro possível como se segue:

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Natureza do risco	Consolidado	
	2024	2023
Tributários (i)	1.007.459	828.449
Cíveis (ii)	258.799	245.079
Trabalhistas (iii)	15.249	2.189
Outros (iv)	48.295	20.539
Total	1.329.802	1.096.256

- (i) Existem Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), que nesta data encontram-se com a exigibilidade suspensa e, ainda, lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) dos anos de 2013 a 2024, também realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos, já impugnados, e com decisões desfavoráveis com relação aos anos de 2013 a 2023, sendo que para o lançamento de 2024 ainda não houve decisão administrativa. No que diz respeito aos anos de 2013 a 2023, foi impetrado Mandado de Segurança com pedido liminar para que seja determinada a nulidade dos julgamentos administrativos e realizado novos julgamentos, o que foi deferido liminarmente. Neste caso, caso a cobrança seja declarada devida pelo Poder Judiciário, a Concessionária entende possível requerer o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão junto à ANAC.
- (ii) A Controlada GRU *Airport* possui processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem/carga ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas. Os principais processos estão relacionados a ações indenizatórias que buscam o reconhecimento de responsabilidade civil da Concessionária, decorrentes de discussões contratuais e por supostos inadimplementos, ainda sem decisão definitiva ou suspensos.
- (iii) A Controlada GRU *Airport* é parte em diversos processos de natureza trabalhista, cujos objetos importam, em sua maioria, pedidos de condenação subsidiária decorrentes de contratos de prestação de serviços (terceirização), estes processos representam 82% do total das contingências. Em 2024, a Concessionária, em decorrência do reconhecimento da responsabilidade subsidiária, discute o benefício de ordem para pagamento das condenações. Esse processo encontra-se em fase de execução.
- (iv) Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, Anvisa, Ipem-SP/Inmetro, Prefeitura do Município de Guarulhos, Receita Federal do Brasil, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo da ação. Em dezembro de 2024, a Receita Federal do Brasil (RFB) lavrou um Auto de Infração devido a supostas falhas de informação na entrega intermediária de mercadorias importadas. O auto de infração foi impugnado e aguarda decisão de primeira instância administrativa.

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

Em 31 de dezembro de 2024, a INVEPAR no consolidado registrou R\$ 35.675 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 39.693 em 31 de dezembro de 2023).

16 Patrimônio líquido (Controladora)**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.867.919, representado por 429.171.372 ações, sendo 143.057.124 ações ordinárias e 286.114.248 ações preferenciais. O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.926.454.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

As composições acionárias da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão assim constituídas:

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - "PREVI"	35.764.281	73.939.746	109.704.027	25,56
Fundação dos Economistas Federais - "FUNCEF"	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - "PETROS"	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Yosemite Fundo de Investimento em Participações Multiestratégicas	35.764.281	69.117.380	104.881.661	24,44
Total	<u>143.057.124</u>	<u>286.114.248</u>	<u>429.171.372</u>	<u>100,00</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

17 Receita

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados consolidados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Consolidado	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios	1.720.472	1.472.629
Receitas de aeronaves e passageiros	1.135.115	1.027.805
Receita com armazenagem e capatazia	894.934	721.365
Receita de pedágio	-	87.952
Impostos, deduções e cancelamentos	(449.421)	(394.804)
Outras deduções	(40.195)	(22.814)
Receita de serviços	<u>3.260.905</u>	<u>2.892.133</u>
Receita de construção	70.386	38.920
Receita total	<u>3.331.291</u>	<u>2.931.053</u>

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se a receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

18 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Depreciação e amortização	(5.400)	(6.969)	(1.121.850)	(1.034.309)
Outorga variável	-	-	(364.911)	(314.314)
Serviços de terceiros	(6.059)	135	(162.867)	(136.974)
Pessoal e encargos	(21.927)	(15.736)	(155.622)	(147.237)
Conservação e manutenção	(94)	(94)	(112.870)	(125.588)
Outras receitas (despesas) operacionais	(78.070)	(2.665)	(76.923)	(9.845)
Custo de construção	-	-	(70.386)	(38.920)
Energia elétrica	(38)	(31)	(64.440)	(58.348)
Consultoria e assessoria	(21.470)	(16.167)	(36.024)	(28.196)
Contingências	284	(457)	(25.353)	(3.993)
<i>Impairment</i>	(20.950)	(26.027)	(20.950)	(26.027)
Aluguéis e impostos	(675)	(570)	(12.830)	(12.672)
Seguros e garantias	(79)	(95)	(8.969)	(8.535)
Reequilíbrios econômicos financeiros	-	-	9.444	117.276
PECLD	-	-	32.859	(34.180)
Alienação de investimentos	56.286	-	56.286	-
	(98.192)	(68.676)	(2.135.406)	(1.861.862)
Custo de serviços prestados	-	-	(1.865.591)	(1.726.625)
Custo de construção	-	-	(70.386)	(38.920)
Despesas gerais e administrativas	(57.062)	(41.234)	(171.662)	(193.419)
Outras receitas (despesas) operacionais	(41.130)	(27.442)	(27.767)	97.102
	(98.192)	(68.676)	(2.135.406)	(1.861.862)

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

19 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	8.865	37.742	275.854	319.140
Juros ativos	71.669	76.408	82.009	86.416
Outras receitas financeiras	4.361	12.083	13.651	72.156
Total receitas financeiras	84.895	126.233	371.514	477.712
Despesas financeiras				
Atualização da outorga de GRU	-	-	(1.374.595)	(1.472.822)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(36.076)	-	(184.130)	(172.219)
Juros sobre debêntures	(43.689)	(67.560)	(106.413)	(137.103)
Variação monetária passiva	(38.209)	(43.774)	(38.209)	(44.476)
Outros	(19.270)	(6.501)	(40.784)	(29.740)
Total despesas financeiras	(137.244)	(117.835)	(1.744.131)	(1.856.360)
Total resultado financeiro	(52.349)	8.398	(1.372.617)	(1.378.648)

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

20 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para 31 de dezembro de 2024 e 2023.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

RESULTADO POR AÇÃO - continuadas

	2024			2023		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Numerador básico e diluído						
Prejuízo de operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(40.994)	(81.988)	(122.982)	(43.218)	(86.435)	(129.653)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	<u>(0,2866)</u>	<u>(0,2866)</u>		<u>(0,3021)</u>	<u>(0,3021)</u>	

RESULTADO POR AÇÃO - descontinuadas

	2024			2023		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Numerador básico e diluído						
Prejuízo das operações descontinuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(252.354)	(504.708)	(757.062)	(11.560)	(23.120)	(34.680)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	<u>(1,7640)</u>	<u>(1,7640)</u>		<u>(0,0808)</u>	<u>(0,0808)</u>	

Não ocorreram outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

21 Seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Modalidade	Moeda	Limite Máximo de Indenização	Início	Vencimento	Seguradora
INVEPAR	Responsabilidade Civil Geral	BRL	10.000	01/08/2024	01/08/2025	Fairfax Brasil
INVEPAR	Riscos Operacionais	BRL	1.139	01/08/2024	01/08/2025	Tokio Marine
INVEPAR	Responsabilidade civil administradores D&O	BRL	100.000	04/05/2024	04/05/2025	Allianz
INVEPAR	Veículos	BRL	100% da tabela FIPE	24/08/2024	24/08/2025	Etze Seguros
LAMSA	Garantia ao Poder Concedente	BRL	37.461	18/12/2024	18/12/2025	BMG
LAMSA	Responsabilidade Civil Geral	BRL	60.000	01/08/2024	01/08/2025	Tokio Marine
LAMSA	Responsabilidade civil administradores D&O	BRL	100.000	04/05/2024	04/05/2025	Allianz
LAMSA	Riscos Operacionais	BRL	280.399	01/08/2024	01/08/2025	Tokio Marine
LAMSA	Veículos	BRL	100% da tabela FIPE	24/08/2024	24/08/2025	Etze Seguros
VIA040	Garantia ao Poder Concedente	BRL	443.207	20/03/2024	20/03/2025	Pottencial
VIA040	Responsabilidade civil administradores D&O	BRL	100.000	04/05/2024	04/05/2025	Allianz
VIA040	Veículos	BRL	100% da tabela FIPE	24/08/2024	24/08/2025	Porto Seguro
GRU	Riscos operacionais	BRL	1.742.349	24/05/2024	24/05/2025	Tokio Marine
GRU	Garantia de obrigações públicas	BRL	861.602	04/06/2024	04/06/2025	Pottencial
GRU	D&O*	BRL	100.000	24/05/2024	24/05/2025	Berkley Internacional
GRU	Aeronáutico - Drones	BRL	2.000	10/11/2024	10/11/2025	Mapfre
GRU	Seguro de frota	BRL	600	24/05/2024	24/05/2025	Tokio Marine
GRU	Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos	USD	500.000	31/12/2024	31/12/2025	Starr International

* A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do grupo INVEPAR, com vigência de maio de 2024 a maio de 2025 com limite máximo de garantia de R\$ 100.000,00 com a Berkley Internacional do Brasil Seguros S.A.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e de suas controladas e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

22 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2024 e 2023. Esses valores estão representados substancialmente por aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

Instrumentos Financeiros	Nível	Consolidado			
		2024		2023	
		Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	892.784	-	806.764	-
Aplicações financeiras	Nível 2	1.950.004	-	1.112.546	-
Investimentos	Nível 2	46.253	-	29.974	-
Contas a receber		-	289.642	-	296.702
Venda de investimento		-	92.720	-	149.978
Partes relacionadas		-	204.531	-	173.141
Total do ativo		2.889.041	586.893	1.949.284	619.821
Passivos					
Fornecedores		-	89.847	-	113.208
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	3.321.195	-	3.170.882
Dividendos		-	22.841	-	22.841
Concessão de serviço público		-	15.723.373	-	15.033.220
Outros passivos		-	16.279	-	16.279
Obrigações com empregados e administradores		-	25.220	-	25.556
Total do passivo		-	19.198.755	-	18.381.986

Instrumentos Financeiros	Nível	Controladora			
		2024		2023	
		Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	27.694	-	145.307	-
Aplicações financeiras	Nível 2	14.936	-	394	-
Investimentos	Nível 2	29.974	-	29.974	-
Venda de investimento		-	92.720	-	149.978
Partes relacionadas		-	1.164.634	-	357.383
Dividendos		-	36.196	-	101.173
Total do ativo		72.604	1.293.550	175.675	608.534
Passivos					
Fornecedores		-	3.976	-	3.104
Partes relacionadas		-	10	-	10
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	1.464.875	-	886.018
Dividendos		-	22.841	-	22.841
Obrigações com empregados e administradores		-	3.012	-	3.285
Total do passivo		-	1.494.714	-	915.258

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

(a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

- *Empréstimos, financiamentos e debêntures*

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

As debêntures da controlada GRU *Airport* em 31 de dezembro de 2024 tinham o montante de R\$ 462.725 (R\$ 486.628 em 31 de dezembro de 2023).

- *Concessão de serviço público*

Os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das Concessionárias porque o Contrato de Concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do Contrato de Concessão.

O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do Contrato de Concessão.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Em relação ao passivo de concessão de GRU *Airport* a exposição de risco é relacionada ao IPCA.

(c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa, Nota explicativa nº 5.

(d) Risco de liquidez

O grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais e arrendamentos, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro do grupo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

2024	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores	89.847	-	-	-	89.847
Empréstimos e financiamentos	520.957	1.849.791	-	-	2.370.748
Debêntures	302.667	890.114	-	-	1.192.781
Concessão de serviço público	1.665.482	7.125.567	5.823.008	9.403.486	24.017.543
	<u>2.578.953</u>	<u>9.865.472</u>	<u>5.823.008</u>	<u>9.403.486</u>	<u>27.670.919</u>
2023	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores	113.208	-	-	-	113.208
Empréstimos e financiamentos	516.531	1.018.956	507.735	-	2.043.222
Debêntures	332.083	1.217.976	-	-	1.550.059
Concessão de serviço público	1.588.096	5.968.770	5.567.593	8.993.979	22.118.438
	<u>2.549.918</u>	<u>8.205.702</u>	<u>6.075.328</u>	<u>8.993.979</u>	<u>25.824.927</u>

(e) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço - que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos e equivalentes de caixa.

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras e efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros.

Decorre de a possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Na tabela a seguir, demonstramos o cenário provável sobre os ativos e passivos financeiros adotado pela Companhia com base em projeções de indicadores do Banco Central do Brasil, principais instituições financeiras e nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, com os respectivos impactos nos resultados da variável do risco considerado.

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável
DI Ativo (% ao ano)	12,15%
IPCA (% ao ano)	4,83%
TJLP (% ao ano)	7,43%

Em 31 de dezembro de 2024, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(e.1) Ativo financeiro

Controladora

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável
INVEPAR	CDB	DI	42.576	5.173
TOTAL			42.576	5.173

Consolidado

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável
GRU AIRPORT	CDB	DI	2.770.416	336.606
INVEPAR	CDB	DI	42.576	5.173
GRUPAR	CDB	DI	17.902	2.175
TOTAL			2.830.894	343.954

(e.2) Passivo financeiro

Controladora

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável
INVEPAR	Empréstimos	DI	814.128	98.917
INVEPAR	Debêntures	IPCA	650.747	31.431
TOTAL			1.464.875	130.348

Consolidado

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável
GRU AIRPORT	Concessão	IPCA	15.723.373	759.439
GRU AIRPORT	Empréstimos	TJLP	1.368.227	101.659
INVEPAR	Empréstimos	DI	814.128	98.917
INVEPAR	Debêntures	IPCA	650.747	31.431
GRU AIRPORT	Debêntures	IPCA	486.660	23.506
GRU AIRPORT	Arrendamento	IPCA	2.392	116
TOTAL			19.045.527	1.015.068

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(f) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Obrigações com poderes concedentes	-	-	15.723.373	15.033.220
Empréstimos, financiamentos	814.128	-	2.184.747	1.741.081
Debêntures	650.747	886.018	1.136.448	1.429.801
Caixa e equivalentes de caixa	(27.694)	(145.307)	(892.784)	(806.764)
Aplicações financeiras	(14.936)	(394)	(1.950.004)	(1.112.546)
Dívida líquida	1.422.245	740.317	16.201.780	16.284.792
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(2.313.303)	(1.433.260)	(4.205.998)	(3.332.907)
Patrimônio líquido e dívida líquida	(891.058)	(692.943)	11.995.782	12.951.885
Índice de endividamento líquido	-160%	-107%	135%	126%

23 Transações não caixa

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Consolidado	
	2024	2023
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	110.757	105.168
Partes relacionadas	-	38.563
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	10.067	39.721
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	-	13.212
Compensação da outorga	19.051	378.781
	139.875	575.445

24 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego

Em abril de 2014, GRU *Airport* tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev) - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - Contrato de Concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - das disposições transitórias, item "15.3".

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio é aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do Infraprev, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que ele poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Na última avaliação atuarial realizada não foi identificado passivo atuarial líquido relevante.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

25 Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas

A Companhia mantém ativos mantidos para venda e operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023, descrito o momento das quais foram classificadas como mantidas a venda e operações descontinuadas, discriminadas em Nota explicativa nº 8.

Abaixo segue o demonstrativo da forma como estão distribuídos os ativos e passivos das Companhias:

Ativo mantido para venda e operação descontinuada:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Controladas				
<u>Ativo - LAMBRA</u>				
Circulante	-	-	26.934	-
Não circulante	-	-	-	-
Total	-	-	26.934	-
<u>Ativo - VIA040</u>				
Circulante	-	-	18.804	100.041
Não circulante	-	-	7.575	770.232
Total	-	-	26.379	870.273
<u>Ativo - LAMSA</u>				
Circulante	-	-	28.091	32.624
Não circulante	-	-	297.045	313.893
Investimento - LAMSA	258.266	231.675	-	-
Total	258.266	231.675	325.136	346.517
Total	258.266	231.675	378.449	1.216.790

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Passivo mantido para venda e operação descontinuada:

Controladas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
<u>Passivo - LAMBRA</u>				
Circulante	-	-	1.316	-
Investimento - LAMBRA	84.833	-	-	-
Total	84.833	-	1.316	-
<u>Passivo - VIA040</u>				
Circulante	-	-	14.928	145.909
Não circulante	-	-	282.280	999.192
Investimento - VIA040	1.119.960	345.907	-	-
Total	1.119.960	345.907	297.208	1.145.101
<u>Passivo - LAMSA</u>				
Circulante	-	-	25.609	15.059
Não circulante	-	-	5.065	6.952
Total	-	-	30.674	22.011
Total	1.204.793	345.907	329.198	1.167.112

Resultado das operações mantidas para venda e operação descontinuada:

Resultado do período	CONSOLIDADO	
	2024	2023
Controlada LAMSA	35.454	63.639
Controlada LAMBRA	(3.462)	-
Controlada PEX	-	(73)
Controlada VIA040	(789.053)	(98.246)
	(757.061)	(34.680)

PEX

Em 7 de novembro de 2016, a Companhia divulgou fato relevante ao mercado informando que decidiu descontinuar as operações de sua controlada PEX. Até a data de 31 de dezembro de 2022, a PEX continua com a empresa descontinuada.

Em 07 de dezembro de 2023 foi finalizado o processo de Incorporação da PEX na INVEPAR.

VIA040

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia decidiu descontinuar as operações da Controlada VIA040 apoiada no Decreto nº 9.957/2019 que regulamenta o procedimento de relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviários, ferroviários e aeroportuários. A operação da Concessionária BR040 S.A foi encerrada em 06 de agosto de 2024, conforme nota explicativa 1.

Em decorrência da extinção antecipada do contrato de concessão, a Concessionária BR040 S.A instaurou procedimento arbitral CCI nº 28966/RLS, conforme nota explicativa 1.1.

Em 18 de dezembro de 2024, a Companhia divulgou fato relevante em cumprimento à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 44 de 23 de agosto de 2021, conforme alterada, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 11 de dezembro de 2024, vem informar que recebeu, nesta data, o Ofício nº 317/2024/CVM/SEP por meio do qual a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") comunicou o deferimento do cancelamento do registro de companhia aberta, categoria B, da Via 040, tendo em vista a comprovação de atendimento às condições previstas no artigo 51 da Resolução CVM nº 80/22.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

LAMSA

Em 31 de dezembro de 2020, a LAMSA foi classificada como “Ativos e Passivos Mantidos para venda e operações descontinuadas”, em virtude da assinatura do Acordo de Reestruturação realizado em 28 de setembro de 2020 que prevê a redução significativa da dívida da INVEPAR envolvendo a sua troca por participações em empresas do Grupo.

A Companhia aguarda as decisões relacionadas ao litígio, conforme nota explicativa nº 1.1.

LAMBRA

Em 07 de novembro de 2016, foi autorizada pela Municipalidade Metropolitana de Lima a transferência da participação societária da LAMSAC e PEX PERU vendidas em favor do comprador tendo sido as demais condições precedentes cumpridas até 15 de dezembro de 2016.

Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu, nos termos dos contratos celebrados em 5 de agosto de 2016, a alienação da totalidade das ações de emissão da LAMSAC e da PEX PERU para a Vinci Highways S.A.S. (“VINCI”).

A Companhia possui processos de arbitragem em cumprimento de determinadas cláusulas do contrato de compra e venda que regula a venda da totalidade das ações de emissão da LAMSAC, de propriedade da LAMBRA.

Procedimento arbitral Nº 77/2020/SEC5

Em 25 de setembro de 2020, a Linea Amarilla Brasil Participações S.A (“LAMBRA”) e Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”) (Requerentes) apresentou, pedido de instauração de arbitragem perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá – CAM-CCBC, aplicando-se o Regulamento de Arbitragem do CAM-CCBC de 2012.

O objeto de arbitragem discute o eventual descumprimento das obrigações contidas no *Share Purchase Agreement* (“SPA”), firmado em 5 de agosto de 2016, pelo qual a LAMBRA alienou todas as suas ações da LAMSAC (hoje LIMEX) à VINCI, transferindo-lhe, portanto, o controle integral da Concessionária.

As requerentes se viam cobradas indevidamente pela VINCI de supostas e alegadas contingências não materializadas/consumadas e tampouco quantificadas.

A audiência para a apresentação do caso, oitiva de testemunhas fáticas e assistentes técnicos das Partes ocorreu entre os dias 3 e 5 de fevereiro de 2025, ocasião em que foram discutidos todos os pleitos apresentados. As partes deverão apresentar as razões finais até 8 de abril de 2025, e a Cia. não pode garantir que o resultado lhes será favorável integralmente. Estima-se que a disputa não deverá ultrapassar o limite de responsabilidade prevista no SPA para casos de descumprimento de cláusulas contratuais sem ocorrência de ato de corrupção.

Os valores envolvidos possuem natureza sigilosa, tendo em vista que em regra geral os procedimentos arbitrais têm caráter sigiloso, seja por estipulação das câmaras arbitrais ou por disposição em cláusula compromissória. O desrespeito ao caráter sigiloso da arbitragem pode ensejar pleitos indenizatórios, ou punição pelo tribunal arbitral.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023****(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

26 Evento subsequente**GRUPAR**

Em 01 de novembro de 2024 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária na controlada Aeroporto de Guarulhos Participações - GRUPAR e foi aprovada a redução de capital no montante de R\$ 12.768.000,00 (doze milhões, setecentos e sessenta e oito milhões de reais), por considerá-lo excessivo, mediante restituição de capital aos acionistas proporcionalmente a suas participações acionárias, sem o cancelamento das ações.

Fica consignado que a redução de capital ora aprovada somente se tornará efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação desta ata, nos termos do artigo 174 da Lei das S.A. Essa redução de capital foi efetivada em 26 de fevereiro de 2025.

GRU

Em 2017, a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ajuizou ação de repetição de indébito, fundamentada na jurisprudência à época, que entendia pela exclusão de ICMS sobre os encargos setoriais de transmissão e distribuição de energia elétrica (TUST/ TUSD), tendo sido proferida sentença integralmente favorável à Concessionária. No entanto, diante da decisão desfavorável do STJ sobre a matéria, a Concessionária provisionou o valor de R\$ 23.267 mil, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Contudo, diante da inércia da Fazenda Pública que não recorreu da decisão e tampouco se opôs ao levantamento pela Concessionária do valor depositado, referida sentença favorável à Concessionária transitou em julgado, tornando-se definitiva nesta em 2025. A reversão da provisão será registrada no exercício de 2025.

* * *



invepar



Relatório da Administração 2024

Relações com Investidores

invest@invepar.com.br

<https://ri.invepar.com.br>

Índice

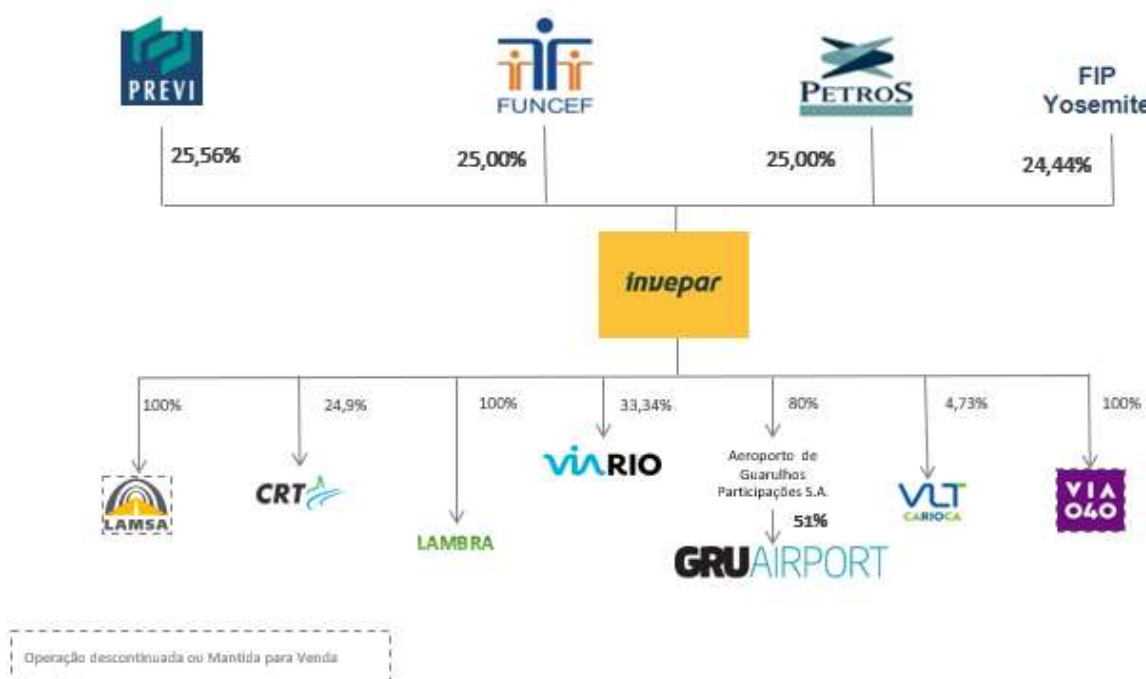
A COMPANHIA.....	2
Apresentação da Companhia.....	2
Destaques de 2024.....	4
SUSTENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS.....	6
Gestão	6
Código de Ética e Conduta	6
Relacionamento com a Sociedade.....	7
Meio Ambiente	8
RESULTADOS	9
Contexto Econômico	9
Resultados Operacionais	9
Resultados Financeiros	11
Endividamento	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
Perspectivas	17
Auditores Independentes	17
Agradecimentos	17



A Companhia

Apresentação da Companhia

A INVEPAR é uma *holding* de infraestrutura de transporte, atuando nos segmentos de Aeroportos, Mobilidade Urbana e Rodovias desde os anos 2000. O Portfólio atual é composto por 4 concessões operacionais, incluindo 2 rodovias, 1 mobilidade urbana e o Aeroporto Internacional de Guarulhos. Segue abaixo o atual organograma da Companhia até a data de arquivamento deste documento.



Ano de 2024

Nos últimos anos, a INVEPAR vem realizando ações para reestruturar sua dívida e otimizar seu portfólio.

Em 2024 sua controlada LAMSA teve 2 sessões virtuais no STF em relação à reclamação (RCL 43 697) da ABCR sobre o caso da encampação. A última audiência ocorreu em 07 de novembro de 2024, onde o Supremo Tribunal Federal – STF, reconheceu sua competência e anulou a decisão proferida pelo Supremo Tribunal de Justiça – STJ, mantendo a suspensão da encampação do contrato de concessão da Linha Amarela S.A.

Em 16 de dezembro de 2024, nos autos do processo de suspensão de liminar nº 1783, foi designada, diante da complexidade da matéria discutida, a realização de audiência de conciliação em 11 de fevereiro de 2025. O município do Rio de Janeiro pediu adiamento da audiência de conciliação, alegando necessidade de comparecimento de seus técnicos, sendo este pedido deferido e redesignando a audiência de conciliação para 18 de fevereiro de 2025 às 14h.

Na audiência ocorrida em 18 de fevereiro de 2025, após amplo debate sobre os principais pontos da disputa, as partes concordaram com o adiamento da audiência para o dia 24 de março de 2025.

Em 01 de novembro de 2024, a agência de classificação de riscos S&P Global Ratings revisou os ratings da Companhia, passando de ‘CCC+’ para ‘CCC’ na Escala Global e de ‘brBB-’ para ‘brB-’ na Escala Nacional Brasil. Também foram rebaixados os ratings da 3ª e 5ª emissões de debêntures da Invepar (“Debêntures”), passando de ‘brB’ para ‘brCCC’, respectivamente, com perspectiva negativa.

Em 27 de maio de 2024, foi concluído a operação de venda, da sua totalidade de participação (92,92%) na Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN”), para a Monte Forte Holding Participações S.A., nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações (“SPA”) celebrado em 06 de dezembro de 2023.

Em decorrência da extinção antecipada do contrato de Concessão da Concessionária BR-040 S.A, o saldo contabilizado em empréstimos e financiamentos foi transferido para a INVEPAR, conforme previsto no 8º e 9º Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fianças – CPG.

Em relação do encerramento da VIA040, em 11 de abril de 2024 foi realizado na sede da B3 em São Paulo o leilão do treco entre Belo Horizonte-MG/Juiz de Fora-MG. O proponente Consórcio Infraestrutura MG obteve êxito no certame com a melhor proposta, apresentando um deságio de 11,21% em relação a tarifa básica de pedágio proposta pelo Governo.

Em 03 de junho de 2024, foi publicado o edital de licitação do trecho "Rota dos Cristais" que compreende a 594,8 Km da BR-040 GO/MG, o leilão foi realizado em 26 de setembro de 2024.

Em 15 de julho de 2024, a Concessionária divulgou fato relevante acerca de notificação recebida pela ANTT acerca da finalização das atividades da Concessionária. Dessa forma, a partir de 06 de agosto de 2024, cessou as atividades da VIA040 nas rodovias BR-040/MG/GO/DF, ficando os trechos; (i) Belo Horizonte/MG sob responsabilidade da Concessionária vencedora do leilão de 11 de abril de 2024 e (ii) o trecho remanescente ao DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes).

Em 25 de setembro de 2024, a VIA040 apresentou pedido de instauração de arbitragem em face da ANTT, perante a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (Procedimento Arbitral CCI nº 28966/RLS).

O objeto da disputa corresponde aos valores devidos à VIA040 com a extinção do Contrato de Concessão da rodovia federal BR-040, bem como outros fatos motivadores de reequilíbrios contratuais durante a vigência do Contrato de Concessão, que não estão contemplados no Procedimento Arbitral nº 23932/GSS/PFF/RLS,



além de multas arbitrariamente aplicadas em desfavor da VIA040.

Em 13 de novembro de 2024, a Concessionária GRU Airport assinou junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) o 11º Termo Aditivo ao contrato de concessão por mais 16 meses, em contrapartida à realização de R\$1,4 bilhão em investimentos, dentre outras disposições.

Em termos de resultados operacionais, no segmento aeroporto tivemos melhora nos números de passageiros, movimentação de aeronaves e cargas. Em 2024 tivemos um aumento no tráfego das rodovias, efeito propiciado pela retomada da rotina de trabalho e atividades escolares superior ao dos últimos dois anos,

período em que ainda fomos afetados pela pandemia.

Em 2025, a Companhia permanece focada na manutenção de suas operações, com segurança e qualidade para nossos colaboradores e usuários. No aspecto regulatório, segue acompanhando as questões envolvendo a Prefeitura do Rio de Janeiro e a LAMSA, bem como o procedimento arbitral da VIA040.

Por fim, reforçamos nosso compromisso de conduzir nossos negócios com ética e transparência, empregando nossa experiência para enfrentar os desafios e oportunidades diante da empresa.

Destaques de 2024

Grupo INVEPAR

Holding

- Concluído a operação de venda, da sua totalidade de participação (92,92%) na Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN”), para a Monte Forte Holding Participações S.A., nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações (“SPA”)

GRU Airport

- Certificação ISO9001 em 2024;
- Associação Pharma Aero;
- Prêmio Qualidade Sindusfarma 1º lugar na categoria armazenagem de medicamentos em recintos alfandegados de zonas primária, secundária e aeroportos no 28º Prêmio Sindusfarma de Qualidade.

LAMSA

- Finalização da obra de manutenção de encosta no maciço rochoso do emboque norte do Túnel Enzo Totis;
- Início da obra de desassoreamento do Rio Faria Timbó. Até dezembro, foram removidos aproximadamente 6.900 m³ de areia do fundo do canal, volume equivalente a 302 caminhões do tipo caçamba;

- Instalação de 1.123,6 m² de placas, totalizando 547 placas de sinalização vertical substituídas por modelos mais modernos, com novos layouts e alta retro refletividade;
- Vistoria das condições dos cabos de aço dos viadutos. Foram realizadas as trocas de 12 cabos, localizados nos viadutos Amaro Cavalcanti, Suburbana, Estrada Velha da Pavuna e Democráticos; Revitalização de 11.019 m² de pintura horizontal ao longo da via, além das áreas de atendimento na Praça do Pedágio.

VIA040

- Encerramento das operações em 06 de agosto de 2024.

Sustentabilidade dos Negócios

Gestão

2024 foi o ano para estabilizar os ajustes realizados no Grupo ao longo de 2022 e 2023 e focar no equacionamento da dívida da Companhia.

Código de Ética e Conduta

O Código de Ética e Conduta tem como objetivo estabelecer o padrão de comportamento e os valores do Grupo INVEPAR, sendo amplamente divulgado entre todos os colaboradores e parceiros de negócio, visando que as pessoas e equipes atuem em conformidade com os princípios éticos e morais praticados pela Companhia, agindo a cada momento com honestidade, comprometimento, responsabilidade e respeito. Todos os colaboradores passam por um treinamento específico do Código de Ética e Conduta, ministrado pela área de Compliance, onde são capacitados e informados sobre as aplicabilidades do Código. Além disso, a Companhia conta com um canal dedicado para denúncias relacionadas às violações do Código de Ética e Conduta, oferecendo ao denunciante a opção de permanecer anônimo.

Gestão de Riscos e Compliance

O Programa de Compliance/Integridade do Grupo INVEPAR compreende o conjunto de práticas, políticas, regulamentos, procedimentos, comunicações e treinamentos, estabelecidos com o objetivo de evitar, detectar e tratar desvios de ética e conduta. Atualmente o programa é monitorado por uma área independente, dedicada aos temas da atividade de Compliance e, não estando subordinada a outro departamento da empresa, respondendo diretamente ao Presidente da Companhia. Dentre as atividades da área de Compliance, se encontra a Gestão de Riscos, que tem por objetivo identificar, avaliar, tratar e monitorar e comunicar os riscos de forma adequada, além de estar integrado com as estratégias de negócio e investimentos. A gestão de Riscos conta com Comitês Semestrais com a participação da Diretoria Executiva.

Relacionamento com a Sociedade

As boas práticas de sustentabilidade estão incorporadas na cadeia de valor do Grupo INVEPAR bem como no seu direcionamento estratégico. São promovidas e apoiadas ações que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades no entorno das concessões.

A seguir serão listadas algumas dessas iniciativas promovidas pelo Grupo INVEPAR com o apoio de parceiros:

Favela Mundo: Promove oficinas culturais de teatro, música e dança, para crianças e jovens de 6 a 18 anos. E, também, oficinas de capacitação profissional de artesanato e maquiagem, para jovens maiores de 16 anos, moradores da Cidade de Deus.

De Olho na Pista - Trânsito Nota Dez: Promove apresentações teatrais sobre educação no trânsito e cidadania, em escolas da rede pública de ensino, nas comunidades do entorno da Linha Amarela. Durante o espetáculo é aplicado um jogo lúdico com as crianças sobre a importância da prevenção de acidentes e atitudes seguras no trânsito. No final do espetáculo, o jogo é doado para a instituição de ensino para que possa ser utilizado pelos professores em outras turmas.

Cores da Juventude: Promove oficinas de culturais de grafite, para adolescentes e jovens, estudantes de escolas da rede pública de ensino, localizadas no Complexo da Maré. Busca incentivar a democratização do acesso à cultura e estimular a educação antirracista. Os alunos aprendem técnicas de grafite para a pintura de telas e muros, resgatando a história e a identidade do local.

13ª Edição Entre Lugares: Promove oficinas culturais de teatro, criação de figurinos, cenário, leitura/escrita de roteiro, corpo e movimento, para jovens moradores do Complexo da Maré. Ao longo do projeto, são realizadas apresentações gratuitas no Museu da Maré e em outros teatros da cidade do Rio de Janeiro.

Transformando os Olhares da Maré II: Promove oficinas de fotografia, design e arte gráfica para jovens moradores do Complexo da Maré. Ao longo do projeto, são realizadas exposições online do material produzido.

Escola de Música e Cidadania: Promove aulas de música, teóricas e práticas, com uso de instrumentos, para crianças e jovens, moradores da Cidade de Deus. Ao longo do projeto, são realizados recitais comunitários para apresentação dos alunos aos seus amigos e familiares.

Conectados do Bem: Promove oficinas de robótica, através de módulos teóricos e práticos, com o objetivo de desenvolver habilidades de inovação e criatividade de crianças e jovens, estudantes de uma escola, localizada entre as comunidades de Del Castilho.

LAMSA Teatro e Capoeira: Promove aulas de teatro e capoeira no contraturno escolar, para crianças e jovens, moradores de comunidades do entorno do bairro da Água Santa.

Mais Qualidade de Vida: Promove um espaço público de promoção à saúde, através da prática de ginástica e alongamento, para pessoas da terceira idade, que moram na Vila do João (Complexo da Maré). As atividades acontecem em espaço aberto, que proporciona maior integração com a comunidade e experiências de socialização entre os participantes.

CDD Sustentável: Promove oficinas de educação ambiental para crianças e jovens, moradores da Cidade de Deus, com o objetivo de estimular práticas conscientes no território onde moram, com foco para o Rio Banca da Velha que é um dos principais pontos naturais poluídos da região.

Mulheres em Ação: Promove oficinas de corte e costura para capacitação profissional de mulheres, jovens e adultas, moradoras das comunidades de Del Castilho. No mesmo horário destas oficinas, são realizados treinos de futebol para os filhos destas alunas, que têm a oportunidade de praticar esporte no contraturno escolar.

Biblioteca Miriam Leitão: Instalação de uma biblioteca comunitária, com atividades literárias e culturais, na Comunidade Agrícola de Higienópolis. Busca incentivar o hábito da leitura na favela, promover educação, acesso ao conhecimento e o desenvolvimento comunitário.

Agrofavela da Maré – Hora Comunitária: Construção e manutenção de horta comunitária, no espaço da Associação de Moradores do Morro do Timbau (Complexo da Maré). Busca incentivar o consumo de alimentos orgânicos - plantados e colhidos na comunidade -, estreitar a relação de crianças e jovens com o meio ambiente, através de oficinas sustentáveis.

Meio Ambiente

As Companhias do Grupo INVEPAR monitoram e avaliam constantemente os impactos de seus negócios sobre o meio ambiente. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente e acompanhados pelas lideranças do Grupo, através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos.

Resultados

Contexto Econômico

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2024, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu 3,1% sendo maior que 2023 que apresentou crescimento de 2,9%. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2024 com alta de 4,83% e o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) encerrou o ano com deflação acumulada de 6,54%. Para o segmento de rodovias, segundo dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), houve aumento de 3,3% em 2024, no fluxo de veículos. No segmento de aeroportos, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), foram transportados, em voos domésticos e internacionais, 118,3 milhões de passageiros aéreos em 2024, um crescimento de 4,9% quando comparado ao ano anterior.

No segmento doméstico, 93,4¹ milhões de passageiros foram transportados em 2024, um aumento de 2,1% em relação a 2023. Já o segmento internacional, depois da queda em 2020 e 2021, cresceu 17,5% da demanda em relação ao ano anterior, somando 24,9¹ milhões de passageiros internacionais em 2024.

¹ *desconsidera passageiros isentos e a origem da informação é <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/mercado-de-transporte-aereo/consulta-interativa/demanda-e-oferta-origem-destino>*

Resultados Operacionais

A seguir estão detalhados os resultados operacionais por segmento na ordem Aeroporto, Rodovias e Mobilidade.

AEROPORTO

Indicadores Operacionais	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
Passageiros Total (Mil)	11.355	10.787	5,3%	43.581	41.308	5,5%
Internacional	4.047	3.718	8,9%	15.719	14.025	12,1%
Doméstico	7.309	7.069	3,4%	27.862	27.283	2,1%
Movimento total de Aeronaves	73.385	70.398	4,2%	288.063	274.917	4,8%
Internacional	20.466	18.845	8,6%	79.507	72.380	9,8%
Doméstico	52.919	51.553	2,6%	208.556	202.537	3,0%
Carga Total (Toneladas) *	86.596	75.476	14,7%	337.972	286.894	17,8%

*Volume de cargas faturadas no terminal de cargas de GRU Airport (TECA)

O GRU Airport registrou 43,6 milhões de passageiros em 2024, aumento de 5,5% em relação ao ano 2023. O segmento internacional foi responsável pelo aumento de 12,1%. Alcançando um marco histórico, o recorde supera o de 2019 quando houve registro de 43,0 milhões de passageiros. O melhor desempenho observado em 2024 versus 2023 é atribuído aos aumentos de frequências nos destinos Roma, Assunção, Milão, Joanesburgo, Buenos Aires, Lisboa, Orlando, Los Angeles com a Latam; Madri com Iberia; Punta Cana com Arajet; Buenos Aires com Flybondi e Aerolíneas; Bariloche, Mendoza, Ushuaia, Salta e San Martín de Los Andes com a Aerolíneas Argentinas; Lisboa com a TAP; Miami com American Airlines; Londres com a British Airways; Bogotá com Avianca; e Montreal com Air Canada. Ainda houve lançamento de novos voos como Bogotá, San Jose e Aruba com a Gol; Madrid-Pequim com a Air China; Santiago com a Turkish Airlines; Munique com a Lufthansa; Medellin com a Avianca; e Casablanca com a Royal Air Maroc.

O segmento doméstico registrou um crescimento de 2,1% na movimentação de passageiros em comparação com 2023. No último mês do ano, foram servidos 56 destinos domésticos regulares no Brasil, o que já é superior ao período pré-pandemia, sendo novamente um sinal da robustez do Aeroporto e da sua função de *hub*.

O Movimento Total de Aeronaves (MTA) também melhorou em relação a 2023, o MTA vem se recuperando de forma mais lenta que pode ser explicado pelo menor número de aeronaves disponíveis no mercado, causado pela paralização das encomendas durante o Covid e problemas na produção que ainda persistem, o que contribuiu para *load factors* mais elevados e tarifas médias mais altas. Foram 288,8 mil pousos e decolagens no período, sendo 4,8% maior que o período anterior. O mercado internacional cresceu 4,8% e o doméstico, 3,0%.

Em relação ao volume de cargas houve um aumento de 17,8%. Em 2024, GRU se consolidou como principal terminal logístico para cargas internacionais, responsável por 55%⁶ das importações e exportações aéreas no Brasil, superando os 54%⁶ registrados em 2023. O terminal movimentou 54% de toda a carga importada e 57% das exportações. Esse aumento no *market share* destaca a consolidação do Terminal de Cargas (Teca GRU) no mercado e o crescimento da movimentação de cargas no país. Entre os produtos mais transportados estão itens do segmento automotivo (25%), farmacêutico (18%), maquinário (15%) e eletrônico (10%).

O aumento súbito e atípico do volume e alteração da tipologia da carga aérea recebida no Teca GRU, ao longo do ano de 2024, provocaram o acúmulo de cargas nas áreas de armazenagem, afetando diretamente o nível de serviço prestado.

Como ações para retomada do nível de serviço ideal, algumas ações foram realizadas, como: (i) suspensão temporária do recebimento de cargas secas internacionais, (ii) adição de 2 novos recintos para armazenagem e entrega de cargas seca de importação, (iii) concessão de descontos aos finais de semana para estimular a redução do estoque com o aumento da entrega de carga e (iv) contratação de mão de obra adicional para aumento de performance no processo de expedição na área de Importação. Todas estas ações colaboraram para a retomada do fluxo logístico no Terminal de Cargas que segue normalizada.

RODOVIAS

Resultados das Operações Continuadas

Indicadores Operacionais (Mil)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
ViaRio	6.165	6.197	-0,5%	24.188	23.526	2,8%
Veículos leves	5.618	5.668	-0,9%	22.046	21.584	2,1%
Veículos pesados	547	529	3,4%	2.141	1.943	10,2%

A VIARio apresentou acréscimo de 2,8% no fluxo de veículos pagantes em 2024, totalizando 24,2 milhões, sendo desse total, 2,1% de veículos leves e 10,2% de veículos pesados.

⁶ <https://horus.labtrans.ufsc.br/gerencial/?auth=s#Movimentacao/Desempenho>

Resultados das Operações Descontinuadas e Mantidas para Venda

Indicadores Operacionais (Mil)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
LAMSA	11.319	11.512	-1,7%	44.885	45.897	-2,2%
Veículos leves	10.378	10.554	-1,7%	41.111	42.201	-2,6%
Veículos pesados	941	958	-1,9%	3.774	3.695	2,1%
Via040	-	21.130	-100,0%	49.217	82.229	-40,1%
Veículos leves	-	6.155	-100,0%	14.033	23.433	-40,1%
Veículos pesados	-	14.975	-100,0%	35.184	58.795	-40,2%
VEP's Operações Descontinuadas e Mantidas para Venda	11.319	32.642	-65,3%	94.102	128.125	-26,6%
Veículos leves	10.378	16.708	-37,9%	55.144	65.635	-16,0%
Veículos pesados	941	15.934	-94,1%	38.958	62.491	-37,7%

A LAMSA registrou 44,9 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs em 2024, uma redução de 2,2% mantendo-se em linha com relação ao ano anterior.

A VIA040 registrou 49,2 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs em 2024, representando uma redução de 40,1% em relação a 2023, resultado do encerramento das operações em 06 de agosto de 2024.

MOBILIDADE URBANA

Indicadores Operacionais (Mil)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
VLT Carioca						
Passageiros Pagantes	4.206	4.623	-9,0%	20.883	18.221	14,6%
Passageiros Transportados	4.403	5.142	-14,4%	22.057	20.364	8,3%

O VLT atingiu 20,9 milhões de passageiros pagantes em 2024, um aumento de 14,6% em relação ao ano anterior.

Resultados Financeiros

Na tabela abaixo estão os principais índices e indicadores de atividade, inflação, juros e câmbio que auxiliarão no entendimento dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, apresentados nos itens a seguir:

Indicadores	2024	2023	▲
IPCA Acumulado dos últimos 12 meses	4,83%	4,62%	0,2 p.p.
Dólar Final do Período	R\$ 6,19	R\$ 4,84	27,89%
CDI Final do Período	12,15%	11,65%	0,5 p.p.
CDI Acumulado dos últimos 12 meses	10,88%	13,04%	-2,2 p.p.

<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>

<https://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao>

http://estatisticas.cetip.com.br/astec/series_v05/paginas/lum_web_v04_10_03_consulta.asp

Receitas

Receita por segmento (R\$ milhões)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
Receita Bruta	1.056,1	891,7	18,4%	3.820,9	3.348,7	14,1%
Receitas Tarifárias						
Aeroporto	557,8	458,2	21,8%	2.030,0	1.749,2	16,1%
Rodovia	-	25,3	-100,0%	-	88,0	-100,0%
Receitas Não Tarifárias						
Aeroporto	474,4	397,8	19,2%	1.720,5	1.469,5	17,1%
Rodovia	-	1,1	-100,0%	-	3,1	-100,0%
Receita de Construção	23,9	9,3	159,8%	70,4	38,9	80,7%
Deduções da Receita Bruta	(133,8)	(112,1)	19,4%	(489,6)	(417,6)	17,2%
Receita Líquida	922,3	779,6	18,3%	3.331,3	2.931,1	13,7%
Receita de Construção	23,9	9,3	159,8%	70,4	38,9	80,7%
Receita Líquida Ajustada¹	898,4	770,3	16,6%	3.260,9	2.892,1	12,8%

A Receita Líquida Ajustada da Companhia foi 12,8% superior em 2024, atingindo R\$ 3,3 bilhões, sendo o setor aeroportuário o responsável por este aumento.

1. A Receita Tarifária de Gru *Airport* foi de R\$ 2,0 bilhões, 16,1% superior ao ano de 2023, contribuíram para este desempenho: (i) a retomada na demanda de passageiros, (ii) retomada na movimentação de aeronaves (MTA) e (iii) as tarifas ligadas ao terminal de cargas como armazenagem e capatazia.
2. A Receita não Tarifária de GRU *Airport* foi de R\$ 1,7 bilhão em 2024, 17,1% superior aos R\$ 1,5 bilhão de 2023. Tendo como principais destaques: (i) Duty Free: impulsionado pelo aumento de 12,1% no volume de passageiros internacionais; (ii) Salas VIP: com melhor desempenho dos lounges próprios e maior em quantidade de acesso em virtude do crescimento de 12,1%; (iii) Combustíveis (Aeronaves): Explicado pelo aumento do MTA de 4,8%.

Custos e Despesas

Custos e Despesas (R\$ Milhões)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
Pessoal	(42,3)	(38,9)	8,8%	(155,6)	(147,2)	5,7%
Conservação & Manutenção	(28,1)	(43,8)	-35,9%	(112,9)	(125,6)	-10,1%
Operacionais	(65,9)	(38,4)	72,1%	(227,3)	(195,3)	16,4%
Despesas Adm. e receitas ou despesas operacionais	(21,6)	(18,3)	18,7%	(117,8)	19,9	694,4%
Custos & Despesas Administráveis	(157,9)	(139,3)	13,4%	(613,6)	(448,3)	36,9%
Outorga Variável	(100,5)	(83,5)	20,5%	(364,9)	(314,3)	16,1%
Depreciação & Amortização	(284,6)	(275,6)	3,3%	(1.121,9)	(1.034,3)	8,5%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(543,0)	(498,3)	9,0%	(2.100,4)	(1.796,9)	16,9%
Custo de Construção (IFRS)	(23,9)	(9,3)	159,8%	(70,4)	(38,9)	80,7%
Impairment	(1,0)	(6,5)	-84,4%	(21,0)	(26,0)	-19,6%
Alienação de Investimentos	-	-	0,0%	56,3	-	100,0%
Custos & Despesas Operacionais	(568,0)	(514,1)	10,5%	(2.135,4)	(1.861,9)	14,7%

Conservação e Manutenção: Houve redução de 10,1% comparado com 2023. Essa redução é devida em função da alienação de investimento da Concessionária Litoral Norte – CLN.

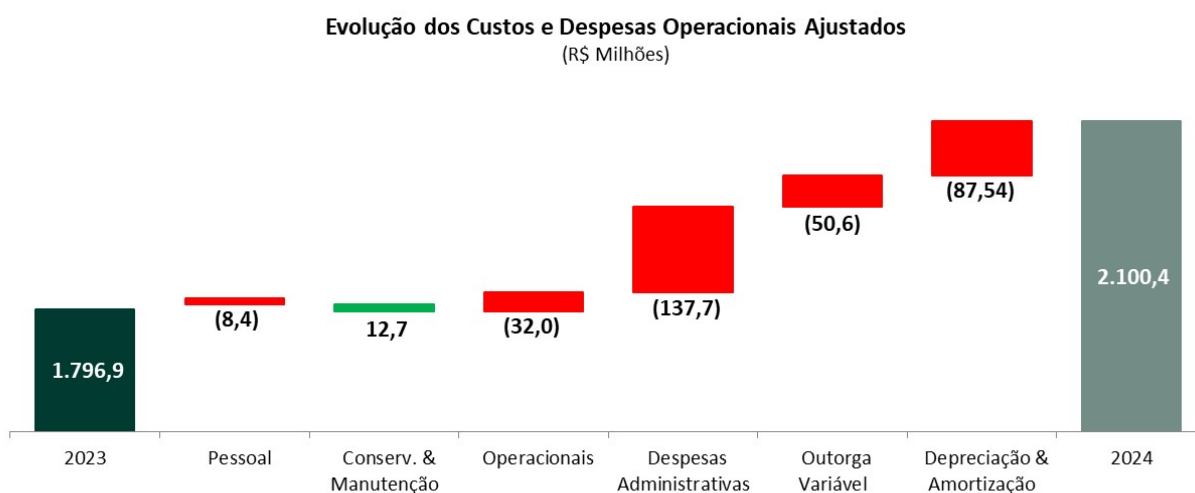
Operacionais: Tiveram um incremento de 16,4%, impulsionados pelo aumento na demanda, principalmente pela contratação para atendimento ao Controle Migratório, consumo de energia elétrica e inspeção de bagagens.

Despesas Administrativas e Receitas ou Despesas Operacionais: Aumento de 694,4% devido a três motivos principais: (i) Provisionamento para contingência relativo ao processo em que se discute a incidência do ICMS s/ os encargos setoriais de transmissão e distribuição de energia elétrica (TUST/TUSD), compensado

parcialmente pela reversão da PECLD em decorrência do recebimento no período; (ii) Efeito dos reequilíbrios econômico financeiro APM e Covid-19 registrados em 2023; (iii) Provisão do resultado do processo de arbitragem entre a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. – CART e a OAS atual Metha S.A, conforme cláusula do Contrato de Compra e Venda firmado entre a Invepar e a Infraestrutura Brasil Holding II S.A. – IBH II.

Outorga Variável: Aumento de 16,1%, uma vez que tem relação direta com as receitas do ano.

Alienação de Investimentos: Conclusão do processo de venda da Concessionaria Litoral Norte – CLN, tendo variação favorável de R\$ 56,3 milhões.



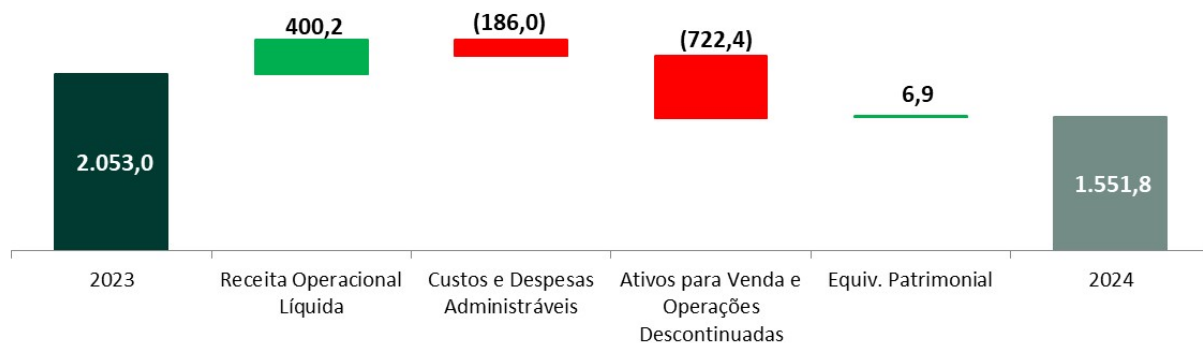
EBITDA

Em 2024, o EBITDA da Companhia registrou redução de 24,4%, alcançando R\$ 1,6 bilhões, com Margem EBITDA de 46,6%. Esse resultado foi impactado pelo resultado de equivalência patrimonial de ativos mantidos para venda e operações descontinuadas da Concessionária Via040 decorrente da contabilização da indenização e do excedente tarifário, conforme processo de relicitação.

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
Lucro (Prejuízo) Líquido	(40,4)	5,2	-892,2%	(880,0)	(164,3)	435,6%
Participação de não controlador	35,3	(8,9)	-495,5%	7,5	(112,7)	-106,6%
Resultado Financeiro	377,6	292,8	28,9%	1.372,6	1.378,6	-0,4%
IRPJ & CSLL	(33,4)	(12,0)	177,5%	(70,2)	(82,8)	-15,3%
Depreciação e Amortização	284,6	275,6	3,3%	1.121,9	1.034,3	8,5%
EBITDA ICVM 156	623,6	552,7	12,8%	1.551,8	2.053,0	-24,4%
Margem EBITDA	67,6%	70,9%	-3,2 pp	46,6%	70,0%	-23,5 pp
(-) Receita de Construção (IFRS)	(23,9)	(9,3)	159,8%	(70,4)	(38,9)	80,7%
(+) Custo de Construção (IFRS)	23,9	9,3	159,8%	70,4	38,9	80,7%
(+) Resultado Mantido p/Venda e Op. Desc.	13,6	(9,6)	-243,2%	757,1	34,7	2087,9%
(+) Impairment	1,0	6,5	-84,4%	21,0	26,0	-19,6%
EBITDA Ajustado¹	638,22	549,55	16,1%	2.329,77	2.113,75	10,2%
Margem EBITDA Ajustada¹	71,0%	71,3%	-0,3 pp	71,4%	73,1%	-1,6 pp

¹ Desconsidera os impactos das IFRSs em relação à Receita e Custo de Construção e Impairment.

Evolução do EBITDA (R\$ Milhões)



Resultado Financeiro

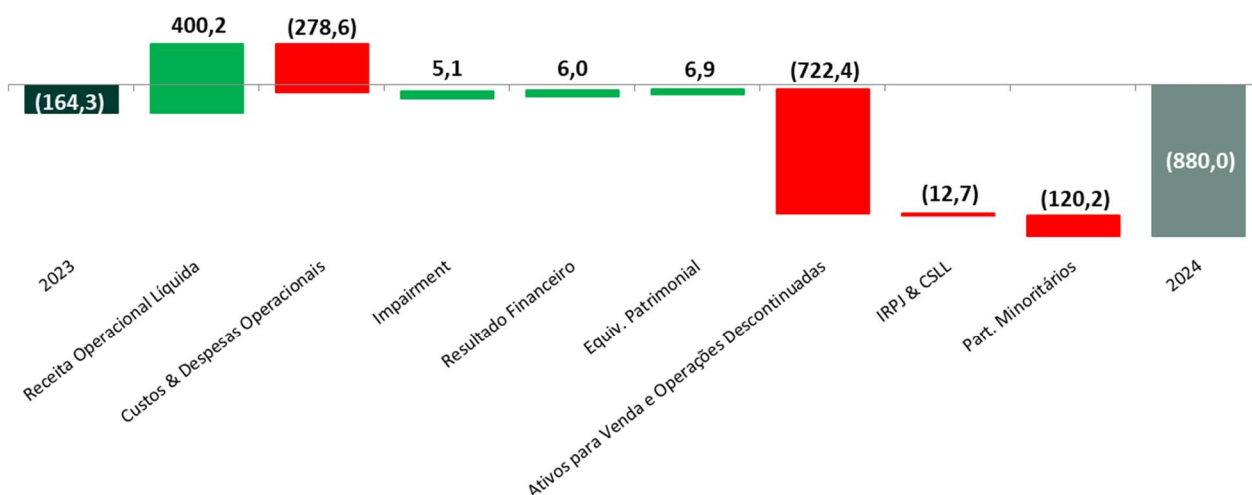
Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
Resultado Financeiro	(377,6)	(292,8)	28,9%	(1.372,6)	(1.378,6)	-0,4%
Receita Financeira	101,2	128,3	-21,1%	371,5	477,7	-22,2%
Juros	108,0	110,6	-2,3%	357,9	405,6	-11,8%
Outros	(6,8)	17,7	-138,4%	13,7	72,2	-81,1%
Despesa Financeira	(478,8)	(421,1)	13,7%	(1.744,1)	(1.856,4)	-6,0%
Outorga GRU	(394,4)	(339,1)	16,3%	(1.374,6)	(1.472,8)	-6,7%
Juros	(84,8)	(66,0)	28,3%	(290,5)	(309,3)	-6,1%
Outros	0,4	(16,0)	-101,9%	(79,0)	(74,2)	6,3%

O Resultado Financeiro de 2024 teve uma melhora de 0,4% com relação ao ano anterior. A Receita de Juros teve uma redução de 11,8% principalmente pela menor rentabilidade das aplicações, devido as disponibilidades serem menores quando comparado ao ano anterior, redução na Outorga GRU de 6,7% e aumento da linha Outros em 6,3% devido ao pagamento de *Waiver Fee* e IOF sobre Assunção de Dívida.

Resultado do Exercício

Resultado do Exercício (R\$ Milhões)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
Lucro (Prejuízo) Líquido	(40,4)	5,2	-892%	(880,0)	(164,3)	436%

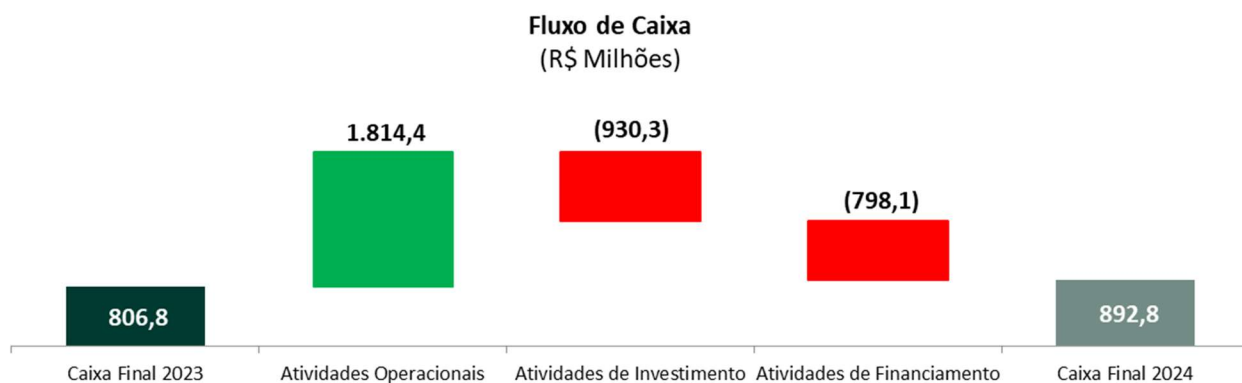
Evolução do Resultado do Exercício (R\$ Milhões)



O prejuízo da INVEPAR em 2024 foi de R\$ 880,0 milhões, um aumento de 436%, quando comparado ao prejuízo de 2023 no valor de R\$ 164,3 milhões. O impacto negativo é decorrente do resultado da equivalência patrimonial após encerramento das atividades da empresa Concessionária BR-040 S.A.

Fluxo de Caixa

Em 2024, a INVEPAR apresentou aumento de caixa de R\$ 86,0 milhões, encerrando o ano com saldo final de caixa de R\$ 892,8 milhões.



Endividamento

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Milhões)	2024	2023	▲
Dívida Bruta	3.321,2	3.170,9	4,7%
Curto Prazo	728,3	742,8	-2,0%
Empréstimos e Financiamentos	422,9	386,3	9,5%
Debêntures	305,4	356,5	-14,4%
Longo Prazo	2.592,9	2.428,1	6,8%
Empréstimos e Financiamentos	1.761,8	1.354,8	30,1%
Debêntures	831,1	1.073,3	-22,6%
Disponibilidades	2.842,8	1.919,3	48,1%
Caixa e equivalentes de caixa	892,8	806,8	10,7%
Aplicações Financeiras	1.950,0	1.112,5	75,3%
Dívida Líquida	478,4	1.251,6	-61,8%

A Dívida Líquida de 2024 reduziu 61,8% em relação à verificada em 2023. Esta redução é decorrente da amortização de principal do período e aumento de caixa e equivalentes, bem como da remuneração das aplicações financeiras.

Investimentos

Investimentos (R\$ Milhões)	2024	2023	▲
GRU Airport	179,3	274,0	-34,6%
Total Investido¹	179,3	274,0	-34,6%

¹ Movimentação do período. Não considera depreciação e amortização.

Em 2024, os investimentos totalizaram R\$ 179,3 milhões em GRU *Airport*, tendo como destaque o projeto APM - *Automated People Mover*, sistema de conexão rápida entre a estação Aeroporto linha 13 – Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP, que obteve um desembolso de caixa maior em 2023, quando comparado com o ano de 2024.

Considerações Finais

Perspectivas

O ano de 2024, conforme já abordado foi um ano de consolidação dos ajustes realizados no Grupo INVEPAR e a busca por uma solução do endividamento da Companhia.

Para o ano 2025, a Companhia se mantém focada na redução do nível de endividamento com seus credores conforme o Acordo de Reestruturação e na manutenção das atividades da própria Companhia e de seus ativos.

A INVEPAR acompanha o processo jurídico entre a Linha Amarela S.A. – LAMSA e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro no Supremo Tribunal Federal – STF, bem como o processo arbitral instaurado em decorrência do encerramento das atividades da VIA040.

Audidores Independentes

O Grupo INVEPAR utiliza os serviços de auditoria independente da Mazars Auditores Independentes desde 01 de abril de 2021. No exercício encerrado em dezembro de 2024, os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa, que não entre em conflito com as normas de independência dos auditores externos NBCTA -200.

Agradecimentos

Registramos os agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. O reconhecimento à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Companhia.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2025

Ricardo Rocha Perrone

Diretor de Relações com Investidores

Anexos

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado (R\$ Milhões)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
Receita Bruta	1.056,1	891,7	18%	3.820,9	3.348,7	14%
Deduções da Receita Bruta	(133,8)	(112,1)	19%	(489,6)	(417,6)	17%
Receita Líquida	922,3	779,6	18%	3.331,3	2.931,1	14%
Custos & Despesas Operacionais	(568,0)	(514,1)	10%	(2.135,4)	(1.861,9)	15%
Pessoal	(42,3)	(38,9)	8,8%	(155,6)	(147,2)	5,7%
Conservação & Manutenção	(28,1)	(43,8)	-36%	(112,9)	(125,6)	-10%
Operacionais	(65,9)	(38,4)	72%	(227,3)	(195,3)	16%
Outorga Variável	(100,5)	(83,5)	21%	(364,9)	(314,3)	16%
Despesas Administrativas	(21,6)	(18,3)	19%	(117,8)	19,9	-694%
Impairment	(1,0)	(6,5)	-84%	(21,0)	(26,0)	-20%
Custo de Construção (IFRS)	(23,9)	(9,3)	160%	(70,4)	(38,9)	81%
Depreciação & Amortização	(284,6)	(275,6)	3%	(1.121,9)	(1.034,3)	8%
Alienação de Investimentos	-	-	0,0%	56,3	-	100,0%
Equivalência Patrimonial	(1,7)	2,0	-185,0%	(8,9)	(15,8)	-43,3%
Resultado Operacional	352,6	267,5	32%	1.187,0	1.053,4	13%
Resultado Financeiro Líquido	(377,6)	(292,8)	29%	(1.372,6)	(1.378,6)	0%
Receita Financeira	101,2	128,3	-21%	371,5	477,7	-22%
Juros	108,0	110,6	-2%	357,9	405,6	-12%
Outros	(6,8)	17,7	-138%	13,7	72,2	-81%
Despesa Financeira	(478,8)	(421,1)	14%	(1.744,1)	(1.856,4)	-6%
AVP Outorga GRU	(394,4)	(339,1)	16%	(1.374,6)	(1.472,8)	-7%
Juros	(84,8)	(66,0)	28%	(290,5)	(309,3)	-6%
Outros	0,4	(16,0)	-102%	(79,0)	(74,2)	6%
Resultado Antes de Impostos	(24,9)	(25,3)	-2%	(185,6)	(325,2)	-43%
IR & CS	33,4	12,0	178%	70,2	82,8	-15%
IR e CS Correntes	(6,8)	(5,3)	100,0%	(38,2)	(8,2)	100,0%
IR e CS Diferidos	40,2	17,3	133%	108,4	91,0	19%
Resultado antes das partic. dos não controladores	8,5	(13,3)	-163%	(115,5)	(242,4)	-52%
Operação descontinuada e mantida p/ venda	(13,6)	9,6	-243%	(757,1)	(34,7)	2088%
Participação de não controlador	35,3	(8,9)	-495,5%	7,5	(112,7)	-106,6%
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(40,4)	5,2	-892%	(880,0)	(164,3)	436%

Balanço Patrimonial

Ativo (R\$ Milhões)	2024	2023
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	892,8	806,8
Aplicações financeiras	1.768,2	918,4
Contas a receber	279,9	262,4
Contas a receber venda de investimento	-	150,0
Estoques	7,6	14,1
Tributos a recuperar	70,0	96,6
Adiantamentos	26,9	17,5
Outros	8,8	9,1
Total do Ativo Circulante	3.054,1	2.274,9
Ativo mantido para venda e operação descontinuada	378,4	1.216,8
Ativo Não Circulante		
Aplicações financeiras	181,9	194,2
Contas a receber	9,7	34,3
Contas a receber venda de investimento	92,7	-
Impostos diferidos ativos	1.067,6	959,9
Tributos a recuperar	288,4	308,4
Partes relacionadas	204,5	173,1
Outros	42,5	43,5
Investimentos	74,4	67,0
Imobilizado	1,7	13,8
Intangível	10.460,9	11.510,0
Total do Ativo Não Circulante	12.424,3	13.304,1
Total do Ativo	15.856,8	16.795,8

Passivo (R\$ Milhões)	2024	2023
Passivo Circulante		
Fornecedores	89,8	113,2
Empréstimos e financiamentos	422,9	386,3
Debêntures	305,4	356,5
Tributos a recolher	45,4	44,6
Obrigações com empregados e administradores	25,2	25,6
Receita diferida	63,3	62,3
Adiantamentos de clientes	22,4	28,9
Concessão de serviço público	2.017,7	1.913,1
Outros	5,8	10,7
Total do Passivo Circulante	2.998,0	2.941,1
Passivo mantido para venda e operação descontinua	329,2	1.167,1
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	1.761,8	1.354,8
Debêntures	831,1	1.073,3
Concessão de serviço público	13.705,6	13.120,1
Adiantamentos de clientes	9,2	9,7
Provisão para riscos processuais	53,1	40,5
Dividendos	22,8	22,8
Receita diferida	337,6	382,0
Outros	14,2	17,3
Total do Passivo não Circulante	16.735,6	16.020,4
Total do Passivo	20.062,8	20.128,7
Patrimônio Líquido		
Capital social	3.867,9	3.867,9
Resultado acumulado exercícios anteriores	(6.181,2)	(5.301,2)
Participação dos não controladores	(1.892,7)	(1.899,6)
Total do Patrimônio Líquido	(4.206,0)	(3.332,9)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	15.856,8	16.795,8



INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR
COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 03.758.318/0001-24
NIRE Nº 35.3.006.5.750-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício. O exame dos referidos documentos foi complementado por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Com base nos referidos trabalhos e esclarecimentos, bem como no Relatório emitido sem modificações pelos Auditores Independentes, destacando o parágrafo do Relatório dos Auditores Independentes sobre incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, opina que as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2025.

Artemio Bertholini
Presidente

Eslei José de Morais
Membro Titular

Felipe Guidi
Membro Titular

Sergio Tadeu Nabas
Membro Titular

**INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR
COMPANHIA ABERTA**

**CNPJ/MF: 03.758.318/0001-24
NIRE: 33.3.002.6.520-1**

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da INVEPAR é um órgão não estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atualmente composto por quatro membros.

No período de 24 de março de 2024 a 19 de março de 2024 realizou 19 reuniões, com participação dos auditores independentes, auditoria interna, diretores e executivos e, no exercício de suas atribuições e responsabilidades, avaliou o escopo do plano anual dos auditores independentes e da auditoria interna e as recomendações emitidas nos seus respectivos relatórios, tratou do monitoramento dos trabalhos de gerenciamento de riscos controles internos e do canal de denúncias, dos ativos e passivos contingentes, dos aspectos legais e regulamentares relativos às demonstrações financeiras intermediárias e anual.

Com base nas atividades desenvolvidas, análises e debates realizados no transcorrer das reuniões, julgando que os temas relevantes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente apresentados no Relatório da Administração, nas Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e relatório emitido pela Mazars Auditores Independentes, sem ressalvas, entende que os mesmos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração, para posterior deliberação da Assembleia de Acionistas.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2025.

Aldo Luiz Mendes

Gilberto Carvalho

Odirley Araújo Rios

Wilman Sanchez

Pareceres e Declarações - Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Resolução nº 80 de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Pareceres e Declarações - Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Resolução nº 80 de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório Forvis Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda, emitido em 20 de março de 2025, referente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.